CLUSTER AGROINDUSTRIAL
RIBATEJO

ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO EXAUSTIVA DO SECTOR

AGRO.GES
SOCIEDADE DE ESTUDOS E PROJECTOS

COMPETE
PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE
QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
PORTUGAL 2007.2013
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Cluster Agroindustrial do Ribatejo

Diagnóstico Estratégico

– Relatório Final –

Novembro 2012

Índice

1. Introdução 2

2. Diagnóstico da agricultura na área de influência do Cluster Agroindustrial do Ribatejo 7

3. Diagnóstico da floresta na área de influência do Cluster Agroindustrial do Ribatejo 51

4. Diagnóstico da indústria agroflorestal na área de influência do Cluster Agroindustrial do Ribatejo ... 55

5. Síntese de Diagnóstico 87

Índice de Quadros 93

Índice de Figuras 96

1. Introdução

Face à crise financeira, económica e social com que Portugal se defronta é, consensual, a necessidade de se vir a adotar uma estratégia de desenvolvimento orientada para a promoção das exportações e da substituição de importações de produtos com elevado conteúdo em valor acrescentado nacional e em emprego.

A agricultura, a floresta, as indústrias alimentares e as indústrias florestais nacionais assumem, neste contexto, particular relevo, que resulta:

- do elevado nível de internacionalização destes sectores que se exprime por um grau de abertura ao exterior muito superior, não só ao do conjunto da economia portuguesa, como também, ao verificado nesta última década, para a totalidade dos sectores produtores de bens transacionáveis;
- do dinamismo apresentado pelas exportações destes sectores nestes últimos anos, o que vem bem expresso no facto do seu crescimento ter sido não só superior ao verificado para as despectivas importações, como também ligeiramente mais elevado do que as exportações do conjunto da economia nacional;
- do relativamente elevado conteúdo em valor acrescentado nacional e em emprego que os produtos destes sectores apresentam e do respetivo potencial de crescimento futuro.

A consolidação e a diversificação do tecido empresarial que integra estes diferentes sectores vão ser decisivas para a concretização de uma estratégia de desenvolvimento deste

tipo, a qual vai implicar um maior dinamismo e cooperação entre os respetivos agentes económicos.

É neste contexto que assumem particular importância as empresas que integram o Cluster Agroindustrial do Ribatejo, as quais apesar de estarem, no essencial, localizadas em, apenas, duas NUT III (Lezíria do Tejo e Médio Tejo), têm uma área de influência que se estende a, pelo menos, quatro outras NUT III (Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo).

A análise da evolução recente e das características atuais do conjunto formado pelos sectores direta e indiretamente abrangidos pelo cluster em causa, permite-nos concluir das suas potencialidades futuras. No entanto, a concretização destas potencialidades irá depender da criação de condições que contribuam para promoção da viabilidade económica e da sustentabilidade ambiental do tecido económico e social dos territórios abrangidos.

É neste contexto que se inserem os dois estudos encomendados pela CLUSTER AGROINDUSTRIAL DO RIBATEJO à AGRO.GES e que se intitulam:

- Diagnóstico estratégico do Cluster Agroindustrial do Ribatejo;
- Visão estratégica e respetivos eixos de implementação do desenvolvimento futuro do Cluster Agroindustrial do Ribatejo.

Este relatório, que agora se apresenta, integra a primeira componente, ao abordar a evolução recente e caracterização atual do Complexo Agro-Florestal (CAF) da Área de Influência do Cluster Agroindustrial do Ribatejo.

O segundo estudo, que será objeto de relatório a apresentar proximamente, integrará a definição de uma visão e objetivos estratégicos para o do Cluster Agroindustrial do Ribatejo.

Na opinião da AGRO.GES, o Cluster Agroindustrial do Ribatejo deverá integrar, do ponto de vista do estudo em causa, não só:

- o conjunto de empresas e respetivos sectores que lhe estão, atualmente, associados, mas também o conjunto dos sectores que integram o respetivo Complexo Agro-florestal (CAF), ou seja, a agricultura, floresta, industrias alimentares e industrias florestais;
- os territórios da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo, aonde, se concentram a maioria das empresas em causa, mas sim ao conjunto formado pelas NUT III que correspondem às regiões, usualmente designadas por Vale do Tejo (Lezíria do Tejo e Médio Tejo) e Alentejo (Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo).

De acordo com os últimos dados disponíveis a nível regional e do Continente, o conjunto formado pelos sectores da agricultura[1], das indústrias alimentares, de bebidas e florestais que integram as seis NUT III em causa, gerou, em 2009-09, um valor acrescentado bruto (VAB) de 1329 milhões de euros.

Este valor que representa, apenas, cerca de 1,5% VAB de Portugal Continental, corresponde a 23% do respetivo VAB

[1] Não é possível regionalizar os resultados económicos da floresta de forma minimamente rigorosa.

regional e a 18% do VAB dos mesmos sectores no conjunto do Continente, o que é mais do que o dobro da contribuição do VAB da região em causa para a formação do VAB de Portugal Continental (7%).

Por outro lado, os últimos dados disponíveis permitem-nos, ainda, fazer realçar a importância territorial da área em causa, que se caracteriza por corresponder:

- a 38% da superfície total de Portugal Continental;
- a 63% da superfície agrícola utilizada no conjunto do Continente;
- a 48% da correspondente superfície florestal.

Neste contexto, o diagnóstico estratégico que passaremos a apresentar visa a análise da situação atual e da evolução recente da agricultura, floresta, indústria alimentar e indústria florestal que integram o Complexo Agro-florestal que se localiza na área de influência do Cluster Agro-industrial do Ribatejo, a qual a AGRO.GES propõe que corresponda às seis NUT III anteriormente identificadas e que passaremos a designar por **Área de Influência do Cluster (AIC)**.

Para o efeito, vamos analisar os sectores da agricultura e da floresta em relação à totalidade da AIC, procurando, sempre que possível, abordar separadamente as diferentes NUT III em causa. Já no que se refere à indústria agro-florestal regional a sua abordagem vai centrar-se quase, exclusivamente, na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo que correspondem às NUT III aonde se localizam as empresas que constituem o núcleo central do Cluster Agro-Industrial do Ribatejo.

Um dos factores mais determinantes na situação atual dos diferentes sectores que integram o Cluster Agro-industrial do Ribatejo em geral e dos respetivos sectores agrícola e florestal em particular, foi, na opinião da AGRO.GES, a evolução sofrida pela PAC desde o início da plena aplicação da reforma da PAC de 1992, à qual se seguiram a reforma da Agenda 2000 e, mais recentemente, a reforma aprovada em 2003. De facto, estas reformas ao provocarem um desmantelamento progressivo das medidas de suporte de preços de mercado e a sua substituição por ajudas diretas aos produtores, inicialmente ligadas e posteriormente desligadas da produção, estiveram na origem de uma profunda mudança no sistema de preços e de pagamentos aos produtores agrícolas da UE em geral e de Portugal em particular, com um impacto muito significativo sobre a respetiva competitividade e rendimento.

Por estes motivos, a AGRO.GES é de opinião que uma análise da situação atual do **Cluster Agroindustrial do Ribatejo**, implica que, pelo menos, no que diz respeito ao respetivo sector agrícola, se procure identificar e caracterizar as principais tendências de evolução verificadas desde o primeiro ano de plena aplicação da Reforma da PAC de 2002, que basearemos no ano de 1995, até ao ano de 2009 que é o último ano para o qual existe informação estatística disponível minimamente completa e consistente.

2. Diagnóstico da agricultura na área de influência do Cluster Agroindustrial do Ribatejo

A análise da situação atual da AIC e da respetiva evolução no período 1995-2009, implica, na opinião da AGRO.GES, que nos debrucemos sobre:

- a produção agrícola regional;
- o mercado dos bens intermédios e de capital fixo;
- o rendimento agrícola regional;
- as estruturas e os sistemas de produção agrícola regionais;
- a situação económica das explorações agrícolas.

2.1. A produção agrícolas na Área de influência do Cluster Agroindustrial do Ribatejo

No triénio 2007-09[2] ("2008") o valor médio anual, a preços no produtor, da produção de bens agrícolas[3] atingiu, na AIC, cerca de 1.451 milhões de euros, 61% dos quais correspondem à produção vegetal e os restantes 39% à produção animal (**Quadro 1**).

Da comparação destes valores com os do Continente Português, pode-se concluir que, em "2008", a produção de bens agrícolas na AIC corresponderia a cerca de 25% do

[2] O ano de 2009 é o último ano para o qual existem valores do INE para as Contas Económicas de Agricultura Nacional e Regionais

[3] A produção de bens agrícolas corresponde à soma do valor da produção vegetal e animal que, acrescida pólo valor da produção de serviços agrícolas e da produção de actividades secundárias não agrícolas praticadas destro das explorações agrícolas, dá origem à chamada produção do ramo agrícola.

total de Portugal Continental, proporção esta que era maior na produção vegetal (26,7%) do que na animal (22,7%).

Quadro 1- Estrutura e variação da produção agrícola a preços correntes no produtor da Área de Influência do Cluster agro-industrial do Ribatejo entre os triénios 1994-95-96 ("1995") e 2007-08-09 ("2008")

	Estrutura da produção				Variação do valor da produção (%) "1995"-"2008"
	"1995"		"2008"		
	10^6 €	%	10^6 €	%	
Cereais	102,3	8,7	92,6	6,4	-9,5
Arroz	36,8	3,1	31,5	2,2	-14,4
Plantas forrageiras	81,1	6,9	141,0	9,8	73,9
Plantas industriais	22,0	1,9	50,0	3,5	127,3
Batata	10,0	0,8	9,5	0,7	5,0
Hortícolas, plantas e flores	217,8	18,4	272,2	18,9	25,0
Frutas (c/ azeitonas)	186,7	15,8	169,5	11,8	-9,2
Vinho	38,4	3,2	77,0	5,4	100,5
Azeite	1,5	0,1	3,1	0,2	106,7
Outros produtos vegetias	21,1	1,8	33,2	2,3	57,4
Leite	47,6	4,0	92,6	6,4	94,5
Pecuária extensiva	138,8	11,7	196,5	13,7	41,6
Pecuária intensiva	242,5	20,5	239,7	16,7	-1,2
Outros produtos animais	35,8	3,0	30,6	2,1	-14,5
Produção vegetal	717,7	60,7	879,6	59,3	22,6
Produção animal	464,7	39,3	559,4	40,7	20,4
Produção de bens agrícolas	1182,4	100,0	1439,0	100,0	21,7

Fonte: INE

No que diz respeito ao valor da produção vegetal assumiram posição dominante, em "2008", os produtos hortícolas, plantas e flores (30,9%), os frutos (19,3%), as culturas forrageiras (16%) e os cereais e o arroz (14,3%). Relativamente à produção animal, a posição dominante cabia, nesse mesmo triénio, à pecuária intensiva (suínos, aves e ovos) com 42,8% e à pecuária extensiva (bovinos de carne, ovinos e caprinos) com 35,1% do respetivo valor a preços no produtor.

A preços correntes, o valor da produção de bens agrícolas a preços no produtor apresentou, entre "1995" e "2008", um crescimento acumulado de 21,7%, o que foi consequência exclusivamente do respetivo crescimento em volume (valor a preços constantes) que atingiu 20,9% durante o período em causa (**Quadro 2**).

Quadro 2 – Estrutura e variação em volume (preços constantes no produtor) da produção agrícola na Área de Influência do Cluster Agro-industrial do Ribatejo entre os triénios "1995" e "2008"

	Estrutura da produção (%)		Variação do volume da produção (%) "1995"-"2008"
	"1995"	"2008"	
Cereais	8,7	6,3	-11,7
Arroz	3,1	3,1	19,8
Plantas forrageiras	6,9	6,3	10,7
Plantas industriais	1,9	2,7	75,9
Batata	0,9	0,5	-36,0
Hortícolas, plantas e flores	18,4	18,9	24,3
Frutas (c/ azeitonas)	15,8	13,7	5,1
Vinho	3,2	4,3	61,7
Azeite	0,1	0,3	186,7
Outros produtos vegetais	1,8	1,1	-24,7
Leite	4,0	5,0	51,3
Pecuária extensiva	11,7	16,0	65,1
Pecuária intensiva	20,5	18,6	9,4
Outros produtos animais	3,0	2,4	-7,3
Produção vegetal	60,7	60,0	19,6
Produção animal	39,3	40,0	23,1
Produção de bens agrícolas	100,0	100,0	20,9

Fonte: INE

Os cerca de 879 milhões de euros correspondentes ao valor, a preços no produtor, da produção vegetal verificada, em média, no triénio "2008", resultaram de um crescimento acumulado, a preços correntes, de 22,6%, desde o triénio "1995", a que correspondeu uma variação em volume de 19,6%. Por outro lado, os 560 milhões de euros correspondentes ao valor da produção animal a preços no produtor verificado,

em média no triénio "2008", resultaram de um crescimento acumulado, em valor, 20,4% desde "1995", e a um crescimento em volume 23,1%.

No âmbito da produção vegetal importa destacar os crescimentos em volume verificados, entre "1995" e "2008", para as produções de:

- Arroz (19,8%);
- Hortícolas, plantas e flores (24,3%);
- Vinho (61,7%);
- Azeite (186,7%).

No que diz respeito à produção animal importa realçar os seguintes aumentos em volume:

- Leite (51,3%);
- Pecuária extensiva (65,1%).

Os crescimentos verificados para a generalidade da produção vegetal e animal na AIC entre "1995" e "2008" não foram, no entanto, suficientes para compensar as quebras ocorridas no valor real dos preços no produtor da grande maioria dos produtos agrícolas. Deste facto resultaram evoluções negativas dos respetivos valores da produção quando deflacionados pelo IPIB, que atingiram variações acumuladas de cerca de -16% para o conjunto dos bens agrícolas, com variações positivas, apenas, para o vinho (38,3%), o azeite (40,9%) e o leite (34,2) e, particularmente negativas para os cereais (-37,4%), a batata (-34,3%)), os frutos (-37,3%) e a pecuária intensiva (-31,8%), como se pode observar no **Quadro 3.**

Quadro 3 – Variações dos preços reais no produtor e dos respetivos valores da produção agrícola na Área de Influência do Cluster Agroindustrial do Ribatejo entre os triénios "1995"-"2008"

	Variação nos preços reais (%) entre "1995" e "2008"	Variação (%) no valor real da produção entre "1995"-"2008"
Cereais	-12,6	-37,4
Arroz	-51,5	-40,6
Plantas forrageiras	7,1	19,9
Plantas industriais	-12,3	56,0
Batata	-0,3	-34,3
Hortícolas, plantas e flores	-31,7	-13,9
Frutas (c/ azeitonas)	-41,2	-37,3
Vinho	-15,6	38,3
Azeite	-51,1	40,9
Outros produtos vegetais	42,3	8,4
Leite	-12,3	34,2
Pecuária extensiva	-41,8	-2,4
Pecuária intensiva	-38,5	-31,8
Outros produtos animais	-60,0	41,0
Produção vegetal	-30,3	-15,4
Produção animal	-31,7	-16,9
Produção de bens agrícolas	-31,5	-15,9

Fonte: INE

Importa, neste contexto, sublinhar que o comportamento da produção de bens agrícolas na AIC foi, durante o período "1995"-"2008", mais favorável do que o verificado para o conjunto da produção agrícola de Portugal Continental, uma vez que à quebra de 17% no valor real da produção no primeiro caso correspondeu uma quebra de 23% no segundo caso, divergência esta que se ficou a dever a uma evolução mais favorável da produção vegetal na AIC (-15,4) do que no Continente(-26,4).

2.2. Mercado de bens intermédios e de capital fixo na Área de Influência do Cluster

De acordo com as Contas Económicas de Agricultura Regionais, o valor médio anual do consumo total dos bens intermédios e de capital fixo agrícolas na AIC no triénio "2008" foi de cerca de 1387 milhões de euros, 80% do qual diz respeito ao consumo de bens intermédios (**Quadro 4**).

Quadro 4- Estrutura e variações em valor e em volume dos consumos intermédios e de capital fixo agrícolas na Área de Influência do Cluster Agro-Industrial do Ribatejo entre os triénios "1995" e "2008"

	Estrutura dos consumos						Variação (%) entre "1995" e "2008"	
	"1995"			"2008"				
	Valor		Volume (%)	Valor		Volume (%)	Valor	Volume
	10^6€	%		10^6€	%			
Sementes e plantas	32,5	3,8	3,8	54,1	3,9	5,4	66,5	99,4
Energia e lubrificantes	60,5	7,0	7,0	107,7	7,8	7,1	78,0	41,2
Adubos e corretivos	35,5	4,1	4,1	37,8	2,7	1,9	6,5	-37,2
Produtos fitossanitários	16,8	1,9	1,9	24,3	1,8	1,5	44,6	7,1
Despesas veterinárias	3,7	0,4	0,4	5,8	0,4	0,3	56,8	-5,4
Alimentos para animais	433,4	50,2	50,3	605,1	43,6	36,9	39,6	1,8
Despesas de manutenção	25,4	2,9	30,3	62,6	4,5	3,5	146,5	63,0
Outros bens e serviços	77,9	9,0	9,0	210,8	15,2	19,4	170,6	197,0
Consumos intermédios	685,7	79,5	79,5	1108,1	79,9	81,2	61,6	41,5
Consumos de capital fixo	176,6	20,5	20,5	278,7	20,1	18,8	57,8	27,6
Total	862,3	100,0	100,0	1386,8	100,0	100,0	60,8	38,7

Fonte: INE

Comparando estes valores com os verificados para o conjunto de Portugal Continental, pode-se concluir que eles representaram, no triénio em causa, 30,5% do correspondente valor total, proporção esta bastante mais elevada nos bens de capital fixo (38,5%) do que nos bens intermédios (28,9%).

A preços correntes, este valor teve um crescimento acumulado de cerca de 60,8%, o qual foi mais elevado nos bens intermédios (61,6%) do que nos bens de capital fixo (57,8%). Este crescimento em valor do conjunto dos bens intermédios e de capital fixo agrícolas, foi consequência de um crescimento acumulado em volume de 38,7%.

A despesa das explorações agrícolas da AIC com os bens intermédios e de capital fixo representavam, em média, no triénio "1995" cerca de 73% do valor, a preços correntes no produtor, da produção de bens agrícolas, percentagem esta que aumentou para cerca de 96% no triénio "2008".

O peso crescente das despesas com estes dois tipos de bens na última década e meia na AIC, sendo consequência do processo de modernização tecnológico e estrutural, entretanto, ocorrido, assumiu uma expressão, também muito significativa quando comparamos o seu peso na receita bruta das explorações agrícolas em causa (valor da produção mais ajudas diretos aos produtores), o qual cresceu de 61 para 79%, entre os triénios "1995" e "2008", o que foi, em média, inferior ao esforço financeiro do conjunto das explorações agrícolas de Portugal Continental, que cresceu de 57% em "1995" para 71% em "2008".

Pode-se, assim, concluir que as atividades de produção vegetal e animal na AIC têm tido um impacto positivo sobre os sectores que lhe estão a montante, uma vez que a procura de bens intermédios e de capital fixo agrícolas cresceu, entre "1995" e "2008", cerca de 3,7%/ano em valor e de cerca de 2,5%/ano em volume, crescimentos estes que, no entanto, foram muito diferenciados de acordo com o tipo de bens em causa.

A principal componente das despesas com bens intermédios agrícolas foi, ao longo desta última década e meia na AIC, a dos alimentos para animais, que em "1995" representavam 63% do valor total dos consumos intermédios e 55% em "2008", tendo atingido, em média, neste último triénio, um valor total de 605 milhões de euros. Dos restantes 499 milhões de euros que, em média, no triénio "2008", foram despendidos na compra de bens intermédios, a principal componente diz respeito a energia e lubrificantes (108 milhões de euros), sementes e plantas (54 milhões de euros), adubos e corretivos (38 milhões de euros), produtos fitossanitários (24 milhões de euros) e despesas veterinárias (6 milhões de euros),

As despesas de manutenção (63 milhões de euros) correspondem a um conjunto diversificado de despesas com serviços referentes a máquinas, a alfaias e a construções agrícolas.

Importa, ainda, sublinhar que uma componente das despesas com bens intermédios agrícolas, com um peso elevado ao longo dos últimos anos, é designada, nas Contas Económicas de Agricultura, por outros serviços agrícolas (211 milhões de euros em "2008") e integra um conjunto muito diversificado de despesas que vão desde o aluguer de máquinas a seguros agrícolas, passando por inúmeros outros encargos das explorações agrícolas.

A informação estatística disponível quanto ao consumo de bens de capital fixo permite-nos concluir que, na AIC:

- o seu valor a preços correntes, apresentou um crescimento acumulado de 57,8%, entre "1995" e "2008", o que corresponde a uma taxa de crescimento de 3,6%/ano;

- o seu valor a preços constantes, ou seja, o respetivo volume, cresceu cerca de 27,6%, o que corresponde a uma taxa de crescimento média de 1,9%/ano;
- e, que, portanto, os preços nominais dos bens de capital fixo cresceram, em média, cerca de 23,7%.

Não existindo informações estatísticas que nos permitam analisar de forma desagregada os bens de consumo de capital fixo agrícola, a importância relativa dos respetivos mercados só pode ser analisada com base na evolução da correspondente formação bruta do capital fixo (FBCF), ou seja, do valor dos investimentos realizados pelas explorações agrícolas na AIC) (**Quadro 5**).

Quadro 5 – Estrutura e variação no valor da FBCF agrícola na Área de Influência

	Estrutura da FBCF agrícola				Variação (%) entre "1995" e "2008"	
	"1995"		"2008"		Valor nominal	Valor real
	Valor		Valor			
	10^6€	%	10^6€	%		
Plantações	44,0	26,5	62,9	23,5	43,0	1,6
Animais	11,0	6,6	2,4	0,1	-78,2	85,2
Máquinas e equipamentos	85,5	51,6	145,7	54,5	70,4	17,6
Construções	25,1	15,1	56,0	20,9	123,1	53,8
Outros	0,1	0,0	0,6	0,0	500,0	200,0
FBCF agrícola total	165,8	100,0	267,5	100,0	61,3	11,3

Fonte: INE

A FBCF agrícola apresentou, em média, na AIC, no triénio "2008", um valor total de 270 milhões de euros, tendo apresentado, entre os triénios "1995" e "2008", um

crescimento acumulado em valor nominal de 61,3%, mas, a preços reais, de, apenas, 11,3%. Este esforço de investimento agrícola na AIC beneficiou de apoios ao investimento que, em média, representaram cerca de 28% do FBCF agrícola realizado em "1995", mas, apenas, 12% em "2008".

Das diferentes componentes da FBCF agrícola, aquelas que apresentaram crescimentos em valor nominal e real foram:

- as máquinas e equipamentos, com um crescimento acumulado, entre "1995" a "2008", de 70,4% a preços nominais, mas, apenas, 17,6% a preços reais;
- as construções agrícolas, com um crescimentos acumulado, no mesmo período, de 123,1% e de 53,8%, respetivamente, a preços nominais e reais.

Daqui resultou que o peso destas duas componentes da FBCF agrícola na AIC tenha crescido de 67% em "1995" para 75% em "2008".

Durante este mesmo período os investimentos em plantações cresceram cerca de 43% a preços nominais, mas manteve-se praticamente estagnado a preços reais. Por outro lado, os investimentos em animais decresceram de forma significativa quer em valor nominal, quer em valor real.

2.3. O rendimento agrícola regional

No triénio "2008" o valor acrescentado bruto a custo de factores (VABcf) gerado pelo sector agrícola da AIC era, a preços reais de 2009, de cerca de 827 milhões de euros o que correspondia a 26,4% do VABcf gerado pelo sector agrícola português e a uma variação acumulada de -36,5%

desde "1995" (**Quadro 6**). Por seu lado, o rendimento dos factores (RF) agrícolas da AIC era 21,9% do RF da agricultura nacional, tendo correspondido a uma redução quase para metade do seu valor real em "1995".

Quadro 6 – Evolução a preços reais, do rendimento agrícola, entre "1995" e "2008" da Área de Influência do Cluster e de Portugal

	Área de influência do Cluster		Portugal		Variação em % entre "1995" e "2008"	
	"1995"	**"2008"**	**"1995"**	**"2008"**	**Área de influência do cluster**	**Portugal Continental**
Produção do Ramo Agrícola a preços no produtor (PRA_{Pprod}) em 10^6€[1)]	1849,5	1547,4	8028	6103	-16,3	-24,0
Pagamentos diretos aos produtores (PDP) em 10^6€[1)]	454,3	397,0	950	913	-12,6	-3,9
Valor acrescentado bruto a custo de factores (VAB_{cf}) em 10^6€[1)]	1302,3	827,0	5040	3135	-36,5	37,8
Rendimento dos factores[2] (RF) em 10^6€[1)]	1042,8	534,4	4226	2441	-48,8	-42,2

Fonte: INE

[1)] Preços reais de 2009
[2)] RF = VAL_{cf}

O papel assumido pelos pagamentos diretos aos produtores na formação do rendimento agrícola regional assumiu uma importância crescente quer a nível regional, quer a nível nacional, a qual foi sempre mais significativa, do ponto de vista do VAB_{cf} gerado na AIC do que em Portugal.

Da análise dos valores assumidos, em "1995" e em "2008", pelo rendimento dos factores por unidade de trabalho ano agrícola (RF/UTA), pode-se concluir, que (**Quadro 7**):

- a valor deste indicador era, em "2008", mais elevado 75% na AIC do que em Portugal, relação esta que atingiu, apenas, os 62% em "1995";
- a quebra verificada, a preços reais, no RF/UTA (-38,1%) da AIC, entre "1995" e "2008", foi inferior à ocorrida para este mesmo indicador (-26,3%) em Portugal, durante igual período.

Quadro 7 – Indicadores de rendimento agrícola em "1995" e "2008" na Área de Influência do Cluster e em Portugal

	Área de influência do Cluster		Portugal		Variação em % entre "1995" e "2008"	
	"1995"	"2008"	"1995"	"2008"	Área de Influência do Cluster	Portugal Continental
PDP em % do PRA_{Pprod}	24,6	25,6	11,8	15,0	4,5	13,5
PDP em % do VAB_{cf}	34,9	48,6	18,8	29,1	39,3	54,8
RF/UTA (€[1])	16874	10438	8096	5968	-38,1	-26,3

[1] **Preços reais de 2009**

Fonte: INE

2.4. Estrutura das explorações agrícolas e respetivos sistemas de produção

De acordo com os dados do IFAP o número total de explorações agrícolas localizadas na AIC elegíveis para os diferentes tipos de pagamentos diretos da PAC foi, em 2009, de 30908, às quais correspondeu uma superfície agrícola utilizada (SAU) de 2.037.495 hectares. De acordo com as nossas estimativas a partir do RA-2009, o número de explorações e a SAU em causa, representaram, respetivamente, cerca de 85% e 99% dos correspondentes

valores do Continente (ver **Caixa n.º 1** sobre o significado e representatividade dos dados IFAP-2009).

Da comparação dos dados do IFAP-2009 da AIC com as de Portugal Continental, pode-se concluir que o número de explorações agrícolas da região em causa representa cerca de 16% das do Continente e que a SAU regional representa 63% da SAU de Portugal Continental (**Quadro 8**).

Quadro 8 – Representatividade das explorações agrícolas da Área de influência do Cluster e no Continente Português

	N.º de explorações		**SAU**		**Superfície regada (SR)**		**Superfície forrageira (SF)**		**Cabeças normais (CN)**		**Valor da produção a preços no produtor (VP)**	
Classes de SAU	**1000**	**%**	**1000 ha**	**%**	**1000 ha**	**%**	**1000 ha**	**%**	**1000 ha**	**%**	**Milhões de €**	**%**
≤ 5 ha	13,5	7,1	26,7	0,8	2,3	0,6	6,5	0,3	42,1	3,0	42,0	1,5
>5 ha	17,4	9,1	2010,8	62,2	170,1	43,6	1525,7	68,1	701,0	50,4	1272,8	45,0
Áreas de influência do Cluster	30,9	16,2	2037,5	63,0	172,4	44,2	1532,2	68,4	743,1	53,4	1314,8	46,5
Continente	**191,6**	**100,0**	**3231,9**	**100,0**	**390,4**	**100,0**	**2239,3**	**100,0**	**1390,9**	**100,0**	**2831,5**	**100,0**

Fonte: IFAP-2009

Caixa n.º 1

Apesar de já terem sido divulgados, em 17 de Maio de 2011, os dados do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA-2009), ainda não se sabe quando é que poderemos vir a ter acesso à informação de base necessária à análise da agricultura da Área de Influência do Cluster.

Por este motivo, o Diagnostico que iremos apresentar sobre a agricultura praticada no território em causa, vai ser baseada, apenas, nos dados do IFAP-2009.

Estes dados dizem respeito, apenas, às explorações agrícolas que no ano de 2009 foram elegíveis para, pelo menos, um dos diferentes tipos de pagamentos diretos aos produtores em vigor (ajudas ligadas à produção, regime de pagamento único, indemnizações compensatórias e medidas agroambientais).

De acordo com os poucos dados já conhecidos do RA-2009, os dados do IFAP cobrem cerca de 95% do número total e da SAU das explorações com uma dimensão superior a 5 hectares, mas apenas e respetivamente 61 e 62% do número e área de explorações com menos de 5 hectares. Daqui resulta que, para o Continente Português, os dados do IFAP-2009 representam cerca de 69% do número total de explorações agrícolas registadas pelo RA-2009 e 91% da respetiva SAU, o que nos permite concluir da elevada representatividade dos dados do IFAP-2009.

Comparação dos dados do RA-2009 e IFAP-2009 para o conjunto de Portugal Continental

	RA-2009		IFAP-2009		Dados do IFAP-2009 em % dos do RA-2009	
Classes de S	N.º de explorações	Ha de SAU	N.º de explorações	Ha de SAU	N.º de explorações	Ha de SAU
≤ 5 ha	210385	383407	127504	239199	60,6	62,4
>5 ha	67729	3158898	64133	2993702	94,7	94,8
Total	**278114**	**3542305**	**191637**	**3232901**	**68,9**	**91,3**

Se levarmos em consideração, apenas, as explorações agrícolas com uma SAU superior a 5 hectares, a importância

das explorações agrícolas da AIC é, ainda, mais significativa, uma vez que o respetivo número (17346) e a correspondente SAU (2.010.980 hectares), representavam, em 2009, cerca de 29% e 67% dos correspondentes número de explorações e SAU do Continente.

Apesar da boa representatividade do IFAP-2009, enquanto não for possível dispormos dos dados do RA-2009 devidamente desagregados, a informação disponível não nos vai permitir analisar alguns aspectos relevantes das estruturas das explorações agrícolas da AIC, nomeadamente, aquelas que se referem às respetivas características sócio económicas, para cuja análise iremos recorrer, numa segunda fase deste estudo, aos dados do RA-2009.

Da análise comparativa dos dados do IFAP disponíveis para a AIC e para Portugal Continental podem-se retirar as seguintes principais conclusões.

Primeiro, que apesar do número de explorações da AIC representar, apenas, 16% do total do Continente, as respetivas superfície agrícola utilizada (SAU), superfície regada (SR), superfície forrageira (SF) e número de cabeças de gado representam, respetivamente, 63%, 44%, 68% e 53% dos valores correspondentes de Portugal Continental (**Quadro 9**).

Quadro 9 – Representatividade das explorações agrícolas da AIC no Continente

Indicador	Unidade	Área de Influência do Cluster (AIC)	Portugal Continental (CONT)	AIC em % do CONT
Número de Explorações	(1000)	30,9	191,6	16,1
Superfície agrícola utilizada (SAU)	(1000 ha)	2.037,5	3.232,9	63,0
Superfície regada (SR)	(1000 ha)	172,4	390,4	44,2
Superfície forrageira (SF)	(1000 ha)	1.532,2	.239,3	68,4

Número de cabeças de gado (CN)	(1000)	743,1	1.390,9	53,4

Fonte: IFAP-2009

Segundo, trata-se de uma região que, em média, tem explorações agrícolas com uma SAU/Exp (65,9 ha) e um número de CN/Exp (24) significativamente mais elevado que as médias do Continente (16,9 ha e 7,3 CN). Tais explorações estão, em média, associadas a sistemas de produção mais extensivos do que o Continente no seu conjunto, o que vem bem expresso por um peso na SAU da SR e da SF, respetivamente, menor ou maior na AIC, e por um menor encabeçamento por hectare de SF (**Quadro 10**).

Quadro 10 – Principais características das explorações agrícolas da AIC e do Continente

Indicador	Unidade	Área de Influência do Cluster (AIC)	Portugal Continental (CONT)
SAU/Exp	(Ha)	65,9	16,9
SR em % da SAU	(%)	8,5	12,1
SF em % da SAU	(%)	75,2	69,3
CN/Exp	(nº)	24,0	7,3
CN/SF	(nº)	0,5	0,6

Fonte: IFAP-2009

Terceiro, da comparação de ocupação e uso dos solos agrícolas da AIC com os de Portugal Continental é possível concluir a elevada representatividade regional de culturas como (**Quadro 11**):

- o trigo, com 81% do total do Continente;
- o arroz, com 64%& do total do Continente;

- as culturas hortícolas, flores e plantas aromáticas, com 78% do total do Continente;
- o olival, com 55% do total do Continente;
- os prados e pastagens temporárias e permanentes, com, respetivamente, 75 e 66% do total do Continente.

Quadro 11 – Ocupação e uso dos solos agrícolas na AIC e no Continente

Ocupação Cultural	Área de Influência do Cluster (AIC) (1000 ha)	Portugal Continental (CONT) (1000 ha)	AIC em % do CONT
Culturas arvenses	**245,8**	**376,1**	**65,3**
Trigo	42,5	52,3	81,3
Milho grão	26,6	84,8	31,4
Arroz	18,9	29,4	64,2
Outras	157,7	209,6	75,2
Culturas hortícolas, flores e plantas ornamentais	**18,7**	**23,8**	**78,4**
Culturas permanentes	**173,0**	**463,2**	**37,3**
Fruteiras	5,2	84,4	6,2
Vinha	22,3	107,7	20,7
Olival	144,9	265,5	54,6
Outras	0,6	5,6	10,7
Culturas forrageiras	**1.526,9**	**2.233,4**	**68,4**
Milho silagem	3,5	42,9	8,2
Prados e pastagens temporários	694,4	930,2	74,7
Prados e pastagens permanentes	825,6	1.255,1	65,8
Outras	3,4	5,2	65,6
Pousios	**72,1**	**125,9**	**57,2**
Total	**2.036,5**	**3.222,5**	**63,2**

Fonte: IFAP-2009

Quarto, do ponto de vista do efetivo animal das explorações agrícolas que constam da base de dados do IFAP-2009, a sua importância face ao conjunto de Portugal Continental diz respeito, fundamentalmente, ao número de vacas aleitantes, de ovinos e caprinos e de porcos reprodutores em regime extensivo (**Quadro 12**). Importa sublinhar que os dados em causa não incluem as pecuárias intensivas de suínos e de aves, as quais, portanto, não vêm aqui representadas.

Quadro 12 – Efetivo animal na AIC e no Continente

Ocupação Animal	Área de Influência do Cluster (AIC) (1000 ha)	Portugal Continental (CONT) (1000 ha)	AIC em % do CONT
Nº de vacas leiteiras	26,0	170,8	15,2
Nº de vacas aleitantes	98,3	212,4	46,3
Nº de bovinos machos (com mais de 1 ano)	74,7	165,8	45,1
Nº de ovelhas	1.059,1	1.878,0	56,4
Nº de porcas reprodutoras	18,2	22,6	80,8

Fonte: IFAP-2009

Para podermos analisar de forma mais aprofundada as estruturas e os sistemas de produção das explorações agrícolas da AIC iremos, de seguida, proceder à sua abordagem de acordo com a sua **localização**, **dimensão económica** e **orientação produtiva dominante**.

Do ponto de vista da respetiva localização baseámos a nossa análise nas seis (6) NUT III que integram as regiões tradicionalmente designadas por Ribatejo (Lezíria do Tejo e Médio Tejo) e por Alentejo (Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo).

De acordo com os dados do IFAP-2009, 26% do número total das explorações da AIC estão localizadas na Lezíria do Tejo (LT) e no Médio Tejo (MT) às quais correspondem, na AIC, cerca de (**Quadro 13**):

- 10% da superfície agrícola utilizada (SAU);
- 32% da superfície regada (SR);
- 9% da superfície forrageira (SF);
- 10% das cabeças normais (CN).

Quadro 13 – Representatividade das explorações agrícola da AIC de acordo com as respetivas NUT III (%)

NUT III	Nº de Explorações	SAU	SR	SF	CN
Médio Tejo (MT)	14,4	1,5	2,9	0,9	1,6
Lezíria do Tejo (LT)	11,5	8,8	28,8	7,8	8,1
Alentejo Litoral (AL)	9,0	13,0	12,1	15,1	12,2
Alto Alentejo (AA)	18,9	21,6	14,5	23,5	23,6
Alentejo Central (AC)	20,0	26,5	15,6	28,8	30,6
Baixo Alentejo (BA)	26,3	28,7	26,1	23,9	23,9
Área de Influência do Cluster (AIC)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IFAP-2009

O conjunto das restantes NUT III que integram a AIC, assumem, assim, uma posição dominante no que respeita aos diferentes agregados considerados, com especial relevo para o Alentejo Central (AC) e Baixo Alentejo (BA). A única exceção é a da SR aonde a LT ocupa uma posição de destaque com 29% da respetiva área na AIC.

Da análise das principais características estruturais das explorações agrícolas da AIC (**Quadro 14**), pode-se, desde logo, concluir que o MT se destaca em relação às restantes NUT III, por ser aquela que apresenta uma superfície média (SAU/Exp) e um efetivo animal (CN/Exp) muito mais reduzido e um encabeçamento pecuário (CN/SF) muito mais elevado do que a de todas as outras NUT III em causa, as quais se diferenciam, entre si, por:

- o AL apresentar as mais elevadas SAU/Exp e SF em % da SAU;
- a LT por apresentar a maior SR e, % da SAU;

- o AL por ter o mais elevado efetivo pecuário médio (CN/Exp).

Quadro 14 – Principais características das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas NUT III

NUT III	SAU/Exp (Ha)	SR em % da SAU	SF em % da SAU	CN/Exp (nº)	CN/SF (nº)
Médio Tejo (MT)	6,7	16,8	45,3	2,8	0,9
Lezíria do Tejo (LT)	50,3	27,8	66,4	17,0	0,5
Alentejo Litoral (AL)	95,1	7,9	87,6	32,5	0,4
Alto Alentejo (AA)	75,2	5,7	82,1	30,0	0,5
Alentejo Central (AC)	87,4	5,0	81,9	36,8	0,5
Baixo Alentejo (BA)	72,2	7,7	62,4	21,9	0,5
Área de Influência do Cluster (AIC)	65,9	8,5	75,2	24,0	0,5

Fonte: IFAP-2009

Quanto à ocupação e uso dos solos agrícolas da AIC e à sua distribuição pelas diferentes NUT III (**Quadro 15**), importa realçar que:

- 55% da área de trigo está localizada no BA;
- 55% do milho grão, 49% do arroz e 71% das áreas de culturas hortícolas, flores e plantas ornamentais pertencem à LT;
- 42% do arroz e 42% milho silagem estão localizados no AL;
- 47% da área de vinha pertence ao AC;
- 40% da área de pomares e 45% da área de olival estão localizados no BA;
- os prados e pastagens temporários permanentes têm cerca de 50% da sua área regional nas NUT III AC e BA.

Quadro 15 – Ocupação e uso dos solos das explorações agrícolas de acordo com as respetivas NUT III (%)

Ocupação Cultural	MT	LT	AL	AA	AC	BA	AIC
Culturas arvenses	**1,7**	**13,8**	**9,3**	**11,5**	**17,4**	**46,3**	**100,0**
Trigo	1,8	7,1	4,7	9,3	21,7	55,2	100,0
Milho grão	7,8	55,3	9,9	13,9	9,3	3,9	100,0
Arroz	0,0	48,7	42,0	3,0	4,7	1,6	100,0
Outras	0,9	4,3	6,5	12,7	19,1	56,5	100,0
Culturas hortícolas, flores e plantas ornamentais	**1,2**	**71,4**	**4,5**	**9,5**	**6,2**	**7,2**	**100,0**
Culturas permanentes	**5,9**	**4,5**	**3,8**	**21,0**	**22,9**	**41,9**	**100,0**
Fruteiras	7,9	12,9	8,7	15,5	15,3	39,6	100,0
Vinha	4,7	16,9	3,6	7,6	46,5	20,7	100,0
Olival	6,0	2,3	3,6	23,2	19,6	45,3	100,0
Outras	24,2	3,6	5,9	22,4	9,6	34,3	100,0
Culturas forrageiras	**0,9**	**7,8**	**15,1**	**23,6**	**28,9**	**23,8**	**100,0**
Milho silagem	1,6	17,7	42,2	2,6	31,8	4,2	100,0
Prados e pastagens temporários	0,9	5,8	15,5	19,0	27,0	31,9	100,0
Prados e pastagens permanentes	0,8	9,3	14,7	27,6	30,5	17,1	100,0
Outras	1,0	28,1	12,3	17,7	31,7	9,2	100,0
Pousios	**1,9**	**7,2**	**4,9**	**17,4**	**20,6**	**48,0**	**100,0**
Total	1,4	8,8	13,0	21,6	26,5	28,7	100,0

Fonte: IFAP-2009

No que diz respeito ao efetivo animal da AIC, a sua distribuição por NUT III, caracteriza-se pela posição dominante assumida pelo (**Quadro 16**):

- Alentejo Central (AC) em relação ao número de vacas leiteiras (35% do total da AIC), de vacas aleitantes (33%) e bovinos machos com mais de 1 ano (28%);
- Baixo Alentejo (BA) em relação ao número de ovelhas (37% do total da AIC) e de porcas reprodutoras (38%).

Quadro 16 – Efetivo animal das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas NUT III (%)

NUT III	Nº de vacas leiteiras	Nº de vacas aleitantes	Nº de bovinos machos (com mais de 1 ano)	Nº de ovelhas	Nº de porcas reprodutoras
Médio Tejo (MT)	3,0	1,5	3,2	2,3	2,1
Lezíria do Tejo (LT)	23,6	11,1	16,5	4,0	10,4
Alentejo Litoral (AL)	14,8	12,5	10,5	10,4	10,1
Alto Alentejo (AA)	16,1	23,9	24,5	21,1	7,2
Alentejo Central (AC)	34,5	32,7	28,4	25,7	32,4
Baixo Alentejo (BA)	8,1	18,3	16,8	36,5	37,8
Área de Influência do Cluster (AIC)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IFAP-2009

Do ponto de vista da dimensão económica das explorações agrícolas da AIC, procedeu-se à classificação da totalidade das explorações agrícolas que constam da base de dados do IFAP-2009, de acordo com os respetivos valores de produção padrão (VPP) nas seguintes classes de dimensão (ver **Caixa n.º 2**):

- Explorações muito pequenas (MP): **VPP ≤ 4.000€**
- Explorações pequenas (P): **4.000€ < VPP ≤ 25.000€**
- Explorações médias (M): **25.000€ < VPP ≤ 100.000€**
- Explorações grandes (G): **100.000€ < VPP ≤ 500.000€**
- Explorações muito grandes (MG): **VPP > 500.000€**

Caixa n.º 2

Valor da Produção Padrão (VPP): é o valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. É expresso em hectare ou cabeça de gado, conforme o sistema de produção, e corresponde à valorização mais frequente que as diferentes produções agrícolas têm em determinada região. O período de referência dos dados de base dos VPP cobriu o quinquénio 2005 a 2009, para o nível geográfico NUT II.

Valor da Produção TOTal (VPT) ou Valor da produção Padrão Total (VPPT) da exploração: corresponde à soma dos diferentes VPP obtidos para cada atividade, multiplicado os VPP pelo número de unidades (de área ou de efetivo) existentes dessa atividade na exploração.

Dimensão económica (DE): é definida com base no VPPT da exploração, sendo expressa em euros.

A orientação produtiva dominante de uma dada exploração agrícola e, consequentemente, a sua respetiva especialização vem expressa através da sua orientação técnico-económica (OTE).

Orientação Técnico-Económica (OTE) de uma exploração: determina-se, avaliando a contribuição de cada atividade para a soma do VP total dessa exploração, podendo distinguir-se duas fases:

1ª fase: Calcula-se o VPPT peça valorização das superfícies das culturas agrícolas e dos efetivo animais da exploração, a partir das VPP estabelecidas regionalmente para as diferentes produções vegetais e animais

2ª fase: Afecta-se a exploração a uma classe de OTE, em função do peso relativo do contributo, em valor, de cada produção vegetal ou animal para o VPPT.

De acordo com os dados obtidos cerca de 75% das explorações agrícolas da AIC têm MP e P dimensões económicas, as quais, no entanto, só representam cerca de 11% das correspondentes SAU e SR, 6% da SF e 8% do número de CN da AIC (**Quadro 17**).

Quadro 17 – Representatividade das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas dimensões económicas (%)

DE	Número de Explorações	SAU	SR	SF	CN
Muito pequenas (MP)	48,1	2,4	1,5	0,7	1,1
Pequenas (P)	26,6	8,3	9,6	5,6	7,3
Médias (M)	14,8	22,0	24,8	20,7	20,2
Grandes (G)	9,6	51,6	46,8	55,9	53,9
Muito grandes (MG)	1,0	15,6	17,3	17,1	17,5
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IFAP-2009

Por seu lado, as G e MG explorações agrícolas regionais, representando, apenas, 11% do número total de explorações agrícolas da AIC, ocupam 67%, 64% e 63% das respetivas SAU, SR e SF e detêm 70% do respetivo efetivo pecuário. As M explorações agrícolas regionais assumem alguma importância na medida em que ocupam entre 20 e 25% dos diferentes tipos de áreas em causa.

Importa, por outro lado, sublinhar as enormes diferenças existentes entre as diferentes classes de dimensão económica das explorações agrícolas da AIC no que diz respeito às respetivas superfície média (SAU/Exp) e efetivo animal médio (CN/Exp) cujos valores apresentam variações (**Quadro 18**):

- entre os 3,4 ha nas explorações MP e os 1054,7 ha nas explorações MG;
- e entre os 0,5 CN por exploração MP e ps 431,3 CN por exploração MG.

Quadro 18 – principais características das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas dimensões económicas

DE	SAU/Exp (Ha)	SR em % da SAU	SF em % da SAU	CN/Exp (nº)	CN/SF (nº)
Muito pequenas (MP)	3,4	5,2	22,2	0,5	0,7
Pequenas (P)	20,7	9,7	50,4	6,6	0,6
Médias (M)	98,1	9,5	70,7	32,9	0,5
Grandes (G)	355,0	7,7	81,4	135,3	0,5
Muito grandes (MG)	1.054,7	9,4	82,7	431,3	0,5
Total	**65,9**	**8,5**	**75,2**	**24,0**	**0,5**

Fonte: IFAP-2009

Importa, ainda, realçar que são mínimas as diferenças observadas para as diferentes classes de dimensão económica das explorações agrícolas da AIC, no que diz respeito ao peso relativo das SR nas respetivas SAU e nos encabeçamentos pecuários (CN/SF).

No que se refere à ocupação e uso dos solos das explorações agrícolas, no contexto das diferentes classes de dimensão económica, as grandes (G) explorações assumem uma posição dominante em relação a todos os tipos de culturas consideradas, representando, conjuntamente com as explorações MG, mais de metade de todas as áreas das culturas em causa, com exceção para o olival, em relação ao qual as MP, P e M explorações representam 65% da respetiva área (**Quadro 19**).

Quadro 19 – Ocupação e uso dos solos das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas dimensões económicas (%)

Ocupação Cultural	Muito pequenas (MP)	Pequenas (P)	Médias (M)	Grandes (G)	Muito grandes (MG)	Total
Culturas arvenses	**2,8**	**12,7**	**26,3**	**46,0**	**12,2**	**100,0**
Trigo	3,6	14,5	23,8	44,0	14,2	100,0
Milho grão	1,7	8,4	22,3	50,0	17,6	100,0
Arroz	0,3	8,9	31,5	47,6	11,7	100,0
Outras	3,1	13,5	27,0	45,6	10,8	100,0
Culturas hortícolas, flores e plantas ornamentais	**0,0**	**1,5**	**13,5**	**56,0**	**29,0**	**100,0**
Culturas permanentes	**13,4**	**21,7**	**24,9**	**31,4**	**8,6**	**100,0**
Fruteiras	3,3	16,0	19,6	35,6	25,5	100,0
Vinha	2,6	10,6	20,4	39,2	27,2	100,0
Olival	15,4	23,6	25,8	30,1	5,2	100,0
Outras	7,3	33,6	31,6	25,8	1,7	100,0
Culturas forrageiras	**0,7**	**5,6**	**20,7**	**55,9**	**17,2**	**100,0**
Milho silagem	0,3	4,2	8,7	48,3	38,5	100,0
Prados e pastagens temporários	1,1	6,4	20,5	55,5	16,6	100,0
Prados e pastagens permanentes	0,4	4,9	20,9	56,3	17,5	100,0
Outras	0,7	5,8	14,5	46,3	32,7	100,0
Pousios	**11,7**	**21,5**	**31,7**	**28,0**	**7,1**	**100,0**
Total	**2,4**	**8,3**	**22,0**	**51,6**	**15,6**	**100,0**

Fonte: IFAP-2009

O peso das G e MG explorações agrícolas da AIC também é maioritário para os diferentes tipos de efetivo animais da AIC, sendo, apenas, exceção o número de ovelhas que atinge os 54% no caso das MP, P e M exploração agrícolas (**Quadro 20**).

Quadro 20 – Efetivo animal das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas dimensões económicas (%)

DE	Nº de vacas leiteiras	Nº de vacas aleitantes	Nº de bovinos machos (com mais de 1 ano)	Nº de ovelhas	Nº de porcas reprodutoras
Muito pequenas (MP)	0,0	0,1	0,3	3,8	0,0
Pequenas (P)	0,8	2,7	3,8	19,8	1,6
Médias (M)	5,1	15,2	14,8	30,8	12,6
Grandes (G)	31,4	57,2	56,8	38,3	57,6
Muito grandes (MG)	62,7	24,9	24,4	7,2	28,2
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IFAP-2009

Do ponto de vista da análise das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas orientações produtivas dominantes, procedeu-se ao estabelecimento de uma tipologia das explorações agrícolas, baseada no peso assumido pelos diferentes tipos de produtos agrícolas no VPP das respetivas explorações, da qual resultou a seguinte classificação (ver **Caixa n.º 2**):

- **explorações especializadas em culturas anuais**, que subdividimos em explorações especializadas em ce**reais e outras culturas arvenses de sequeiro**, em **cereais e outras culturas arvenses de regadio**, em **horticultura extensiva e em horticultura e floricultura intensivas**;
- **explorações especializadas em culturas permanentes**, que subdividimos em explorações especializadas em **fruticultura**, em **vinha** e em **olival**;
- **explorações especializadas em pecuária intensiva**, e que subdividimos em explorações especializadas em **bovinos de leite** e **em bovinos de carne intensivos**;

- **explorações especializadas em pecuária extensiva**, e que subdividimos em explorações especializadas em **bovinos de carne extensivos**, em **ovinos e caprino** e em **pousios e pastagens**;
- **explorações não especializadas ou mistas**, e que subdividimos em explorações de **policultura** e **mistas de pecuária**.

De acordo com os dados IFAP-2009, cerca de 2/3 do número de explorações agrícolas da AIC, pertence ao grupo das explorações especializadas em pecuária extensiva (35,6%) e em culturas permanentes (29,6%), às quais correspondem 73%, 84% e 72% da SAU, SF e CN da AIC. No que diz respeito à SR regional, são as explorações agrícolas especializadas em cereais e culturas arvenses de regadio (19%), em horticultura extensiva (10%), em olival (14%) e em bovinos de carne extensivos (15%), aquelas que, no seu conjunto, representam mais de metade da sua superfície regional (**Quadro 21**)

Quadro 21 – Representatividade das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas orientações produtivas dominantes (%)

Tipos de Explorações Agrícolas		Número de Explorações	SAU	SR	SF	CN
Explorações especializadas em culturas anuais		**13,0**	**8,8**	**34,7**	**1,9**	**0,3**
	Cereais e outras cult. arvenses de sequeiro	7,3	5,4	4,1	1,4	0,1
	Cereais e outras cult. arvenses de regadio[1)]	3,6	2,2	19,4	0,4	0,1
Horticultura extensiva	Horticultura extensiva[2)]	1,7	1,1	10,3	0,1	0,1
	Horticultura e floricultura intensiva	0,3	0,1	0,9	0,0	0,0
Explorações especializadas em culturas permanentes		**29,6**	**4,6**	**20,0**	**0,5**	**0,3**
	Fruticultura	1,1	0,3	1,7	0,1	0,1
	Vinha	3,8	1,3	4,5	0,4	0,2
	Olival	24,7	3,0	13,8	0,1	0,0
Explorações especializadas em pecuária intensiva		**3,5**	**3,1**	**3,3**	**3,5**	**16,9**
	Bovinos Leite	0,6	0,6	1,7	0,6	5,1
	Bovinos Carne Intensivos	3,0	2,5	1,6	2,9	11,9
Explorações especializadas em pecuária extensiva		**35,6**	**68,9**	**19,3**	**83,5**	**72,0**
	Bovinos Carne Extensivos	8,5	42,5	14,6	52,1	48,6
	Ovinos e Caprinos	19,1	20,6	3,1	24,4	23,4

Pousio e Pastagens	7,9	5,8	1,6	7,0	0,0
Explorações mistas	**17,0**	**14,2**	**22,6**	**10,2**	**10,4**
Policultura	11,8	3,7	9,7	1,3	0,5
Mistas de pecuária	5,2	10,6	12,9	8,9	9,9
Explorações não classificadas	**1,3**	**0,5**	**0,1**	**0,3**	**0,1**
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

1) Inclui o arroz
2) Inclui o tomate para indústria

Fonte: IFAP-2009

São muito significativas as diferenças existentes entre os diferentes tipos de explorações agrícolas em causa no que diz respeito às principais características estruturais analisadas, com variações, para (**Quadro 22**):

- a superfície agrícola média (SAU/Exp), entre 8 hectares nas explorações especializadas em olival e 328,8 hectares nas explorações especializadas em bovinos de carne extensivos;
- a importância relativa média das áreas regadas (SR em % da SAU) entre 2,4% nas explorações especializadas em pousio e pastagens e cerca de 76% nas explorações especializadas quer em cereais e outras culturas arvenses de regadio, quer em horticultura extensiva;
- a importância relativa média das superfícies forrageiras (SF em % da SAU), entre os 2,5% nas explorações especializadas em olival e cera de 90% nos diferentes tipos de explorações especializadas em pecuária extensiva;
- ao efetivo médio por exploração (CN/Exp), entre zero em explorações especializadas em olival e em pousios e pastagens e 217 nas explorações de bovinos de leite;

- ao encabeçamento por hectare de superfície forrageira (CN/SF) com valores de 3,8 e de 2,0 para as explorações de bovinos de leite e de carne intensivos e iguais ou inferiores a 0,5 para todos os outros tipos de explorações agrícolas.

Quadro 22 – Principais características das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas orientações produtivas dominantes

Tipos de Explorações Agrícolas		SAU/Exp (Ha)	SR em % da SAU	SF em % da SAU	CN/Exp (nº)	CN/SF (nº)
Explorações especializadas em culturas anuais		**44,7**	**33,3**	**16,3**	**0,6**	**0,1**
	Cereais e outras cult. arvenses de sequeiro	48,4	6,5	19,7	0,4	0,0
	Cereais e outras cult. arvenses de regadio[1)]	39,5	75,5	13,1	0,8	0,2
Horticultura extensiva	Horticultura extensiva[2)]	44,4	75,7	7,1	1,1	0,3
	Horticultura e floricultura intensiva	23,0	65,1	7,4	0,9	0,5
Explorações especializadas em culturas permanentes		**10,2**	**36,9**	**8,7**	**0,2**	**0,3**
	Fruticultura	17,2	49,7	19,4	1,1	0,3
	Vinha	22,5	28,9	20,5	1,4	0,3
	Olival	8,0	39,2	2,5	0,0	0,2
Explorações especializadas em pecuária intensiva		**57,0**	**9,2**	**86,8**	**114,9**	**2,3**
	Bovinos Leite	69,7	24,9	82,2	217,3	3,8
	Bovinos Carne Intensivos	54,6	5,4	87,9	95,7	2,0
Explorações especializadas em pecuária extensiva		**127,7**	**2,4**	**91,1**	**48,7**	**0,4**
	Bovinos Carne Extensivos	328,8	2,9	92,1	137,1	0,5
	Ovinos e Caprinos	70,8	1,3	89,0	29,3	0,5
	Pousio e Pastagens	48,3	2,4	91,5	–	–
Explorações mistas		**55,2**	**13,4**	**54,0**	**14,6**	**0,5**
	Policultura	20,5	22,3	26,5	1,0	0,2
	Mistas de pecuária	133,0	10,4	63,5	45,3	0,5
Explorações não classificadas		**23,8**	**2,1**	**57,4**	**2,3**	**0,2**
Total		**65,9**	**8,5**	**75,2**	**24,0**	**0,5**

[1)] Inclui o arroz
[2)] Inclui o tomate para indústria

Fonte: IFAP-2009

No que diz respeito à distribuição das diferentes culturas que caracterizam a ocupação e uso dos solos dos diferentes tipos de explorações agrícolas da AIC, importa, no essencial, realçar (**Quadro 23**):

- que os diferentes cereais ocupam posição dominante nas explorações especializadas em culturas anuais, e em pecuária extensiva e nas explorações mistas;
- que as culturas hortícolas, flores e plantas ornamentais pertencem quase exclusivamente (88%) às explorações especializadas em culturas anuais;
- que as fruteiras e a vinha encontram-se maioritariamente nas explorações especializadas em culturas permanentes e em pecuária extensiva, às quais se deve acrescentar as explorações mistas no que se refere à área de olival;
- que as culturas forrageiras assumem importância quase exclusiva nas explorações especializadas em pecuária extensiva (84%) e nas explorações mistas (%).

Quadro 23 – ocupação e uso dos solos nas explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas orientações produtivas dominantes (%)

	Explorações especializadas em		
	Expl	**Exp**	**Total**

Tipos de Explorações Agrícolas	culturas anuais	culturas permanentes	pecuária intensiva	pecuária extensiva	mistas	não classificadas	de Ocupação Cultural
Culturas arvenses	**41,1**	**1,3**	**1,9**	**30,8**	**24,7**	**0,2**	**100,0**
Trigo	37,9	1,4	1,8	31,3	27,1	0,6	100,0
Milho grão	59,5	0,8	2,3	13,3	24,1	0,0	100,0
Arroz	69,0	0,2	0,8	12,9	17,1	0,1	100,0
Outras	35,5	1,5	2,0	35,7	25,1	0,2	100,0
Culturas hortícolas, flores e plantas ornamentais	**88,4**	**0,1**	**0,1**	**0,5**	**10,8**	**0,1**	**100,0**
Culturas permanentes	**3,3**	**42,9**	**1,8**	**21,3**	**30,6**	**0,1**	**100,0**
Fruteiras	3,7	55,8	1,3	9,2	29,8	0,2	100,0
Vinha	1,7	53,7	1,1	8,1	35,3	0,0	100,0
Olival	3,5	41,0	2,0	23,8	29,7	0,1	100,0
Outras	1,6	3,5	1,2	6,2	87,5	0,1	100,0
Culturas forrageiras	**1,8**	**0,5**	**3,5**	**83,6**	**10,2**	**0,3**	**100,0**
Milho silagem	1,5	0,0	40,1	57,2	1,2	0,0	100,0
Prados e past. tempor.	2,1	0,6	4,0	83,0	10,1	0,2	100,0
Prados e past. perman.	1,6	0,5	3,0	84,2	10,2	0,5	100,0
Outras	6,8	0,3	8,6	72,1	12,1	0,2	100,0
Pousios	**39,3**	**10,4**	**0,5**	**19,5**	**25,7**	**4,6**	**100,0**
Total	**8,8**	**4,6**	**3,1**	**68,9**	**14,2**	**0,5**	**100,0**

Fonte: IFAP-2009

Finalmente, importa sublinhar que o efetivo animal da AIC se concentra, como seria de esperar, nas explorações especializadas em pecuária intensiva e extensiva e nas explorações mistas (**Quadro 24**).

Quadro 24 – Efetivo animal das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas orientações produtivas dominantes (%)

Tipos de Explorações Agrícolas	Nº vacas leiteiras	Nº vacas aleitantes	Nº bovinos machos (com mais de 1 ano)	Nº ovelhas	Nº porcas reprodutoras
Explorações especializadas em culturas anuais	0,0	0,4	0,2	0,3	0,0
Explorações especializadas em culturas permanentes	0,0	0,1	0,2	0,6	0,0
Explorações especializadas em pecuária intensiva	96,3	31,3	34,7	1,2	0,2
Explorações especializadas em pecuária extensiva	2,7	59,4	56,3	84,5	22,7
Explorações mistas	1,0	8,7	8,4	13,2	46,9
Explorações não classificadas	0,0	0,1	0,2	0,3	30,2
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Dada a importância atual e futura do regadio na agricultura da AIC, torna-se indispensável abordar de forma mais aprofundada os sistemas de produção agrícola de regadio da região em causa, recorrendo, para o efeito, aos dados do RA-2009 a que já conseguimos ter acesso.

De acordo com estes dados estatísticos a superfície regada em 2009, pelo conjunto das explorações que se encontram localizadas nas seis NUT III objecto deste estudo, ocupava 200,8 mil hectares, ou seja, 69% da totalidade da superfície regada em Portugal Continental (289,4 mil hectares).

Se levarmos em consideração que, em 2009, as superfícies regadas da AIC e do Continente representavam, respetivamente, 90 e 87% da correspondente superfície irrigável e que nos próximos anos irão entrar em exploração mais cerca de 80 mil hectares de área irrigável na área beneficiada pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), o regadio da região objecto deste estudo

passará a representar cerca de 74% da superfície irrigável de Portugal Continental, o que expressa bem a sua importância futura para a economia do sector agrícola nacional.

De acordo com os dados do RA-2009 (**Quadro 25**), mais de metade da superfície regada na AIC encontra-se localizada na LT (55,8 mil hectares) e no BA (53,9 mil hectares), devendo ocupar, no futuro, esta última NUT III uma posição claramente dominante uma vez que será ela que virá a beneficiar da maior parte dos 80 mil hectares de área do Alqueva que ainda faltam entrar em exploração.

Quadro 25 – Superfície regada em 2009 na Área de Influência do Cluster Agro-Industrial do Ribatejo

	Superfície regada	
	1000 ha	%
Lezíria do Tejo (LT)	55,8	19,3
Médio Tejo (MT)	6,7	2,3
Alentejo Litoral (AL)	23,7	8,2
Alto Alentejo (AA)	27,2	9,4
Alentejo Central (AC)	33,6	11,6
Baixo Alentejo (BA)	53,9	18,6
Área de influência do Cluster	200,8	69,4
Portugal Continental	289,4	100,0

Os regadios individuais privados assumem uma posição dominante no que respeita ao número de explorações com regadio pertencentes à AIC, seguindo-lhes os Aproveitamentos Hidroagrícolas (AH) coletivos estatais e os AH coletivos privados, com, respetivamente 74,4%, 21,1 e 4,4% do número total das explorações em causa (**Quadro 26**).

Quadro 26 – Distribuição das explorações agrícolas em 2009 por sistema de rega, por NUT III (%)

Regiões Agrárias	NUT III	Coletivo Estatal	Individual	Coletivo Privado	Total
RO	Lezíria do Tejo	9,0	89,0	2,1	100,0
	Médio Tejo	21,6	72,9	5,5	100,0
ALE	Alentejo Litoral	43,1	47,1	9,9	100,0

	Alto Alentejo	13,5	84,6	1,9	100,0
	Alentejo Central	11,5	86,3	2,2	100,0
	Baixo Alentejo	23,1	72,7	4,2	100,0
AIC		**21,1**	**74,4**	**4,4**	**100,0**
Continente		**7,1**	**67,6**	**25,3**	**100,0**

Fonte: RA-2009

Da comparação da superfície regada total da AIC (200,8 mil hectares) com a superfície regada pela totalidade dos AH coletivos estatais localizados na região em causa, pode-se concluir que esta última representava, muito recentemente, cerca de 28% da primeira, o que dá bem ideia da posição dominante ocupada pelos regadios privados em geral e os regadios individuais privados em particular.

As culturas anuais e os prados e pastagens permanentes representavam, em 2009, cerca de 60% da superfície regada total da AIC, 60% da qual era ocupada por culturas como a do milho grão, arroz e hortícolas em geral e tomate para indústria em particular (**Quadro 27**). Os restantes 30% da superfície regada da AIC estavam, em 2009, ocupados por culturas permanentes (frutos, vinha e olival) com uma clara predominância do olival (73% do total da área ocupada por culturas permanentes de regadio). Importa, neste contexto, sublinhar a posição dominante:

- da LT nas áreas ocupadas com milho grão (55% da AIC), arroz (49% da AIC) e nos hortícolas extensivos (68% da AIC);
- do AC nas áreas ocupadas pela vinha (52% da AIC);
- e do BA nas áreas ocupadas pelo olival (61% da AIC).

Quadro 27 . Áreas ocupadas pelas diferentes culturas regadas para o conjunto do regadio da Área de Influência do Cluster (%)

Regiões Agrárias	NUT III	Milho grão	Arroz	Hortícolas e batata	Prados e culturas forrageiras [1]	Outras culturas anuais [2]	Frutos [3]	Vinha	Olival	Outras culturas permanentes	Total
RO	Lezíria do Tejo	14.735	9.190	17.875	6.737	3.551	1.051	1.751	908	26	**55.824**
	Médio Tejo	2.071	–	428	1.851	666	430	428	778	12	**6.664**
ALE	Alentejo Litoral	2.628	7.926	2.699	4.836	1.158	866	209	3.285	50	**23.657**
	Alto Alentejo	3.708	572	2.253	4.955	3.054	1.040	1.165	10.429	–	**27.176**
	Alentejo Central	2.468	897	1.523	7.295	5.356	904	7.913	7.188	1	**33.545**
	Baixo Alentejo	1.030	304	1.667	3.583	6.153	1.589	3.743	35.820	1	**53.890**
AIC		**26.640**	**18.889**	**26.445**	**29.257**	**19.938**	**5.880**	**15.209**	**58.408**	**90**	**200.756**

[1] Inclui prados permanentes e temporários e culturas anuais destinadas a fenos e silagens
[2] Inclui trigo e outros cereais, oleaginosas, leguminosas
[3] Inclui citrinos para além dos outros pomares de frutos frescos e secos

Fonte: RA-2009

Analisando as áreas regadas, em 2008, pelas AH coletivos estatais (**Quadro 28**) importa realçar os seguintes aspectos.

Primeiro, que com exceção para dois AH mais pequenos (Alvega e Lucefecit) todos os restantes perímetros públicos apresentavam áreas regadas superiores a 1.000 hectares, sendo dominante a posição do AH do Vale do Sorraia (12,8 mil hectares).

Segundo, que 75% da superfície regada total estava ocupada com culturas anuais e prados e pastagens permanentes, que correspondem maioritariamente ao milho grão e ao arroz.

Terceiro, que o olival ocupava uma área regada que representava 88% da área ocupada pelas culturas permanentes de regadio dos AH coletivos estatais localizados na AIC.

Finalmente, importa sublinhar que, sendo a superfície irrigável total atual dos AH coletivos estatais da AIC de 67,2 milhares de hectares, (sem EFMA) e adicionando-lhes os 113 hectares da área que virá a ser beneficiada pelo EFMA, os perímetros públicos representarão, no futuro, 175,7 mil hectares, ou seja, cerca de 66% da superfície irrigável total da AIC, o que dá bem conta da importância estratégica que este tipo de regadio assumirá para o desenvolvimento socioeconómico futuro da AIC.

Quadro 28 – Áreas ocupadas pelas diferentes culturas regadas pelos AH Coletivos estatais localizados na AIC

Regiões Agrárias	A.H. Coletivos	Milho grão	Arroz	Hortícolas e batata	Prados e culturas forrageiras 1)	Outras culturas anuais 2)	Frutos 3)	Vinha	Olival	Outras culturas permanentes	Total
RO	Alvega	93	–	17	3	9	10	–	–	–	**132**
	V. do Sorraia*	5.081	4.354	1.112	799	922	12	105	402	–	**12.787**
ALE	V. do Sado	136	5.201	7	–	53	2	–	–	–	**5.399**
	Campilhas e A. do Sado	1.435	1.239	459	96	1.275	131	–	241	–	**4.876**
	Mira**	1.891	–	1.288	1.754	951	124	–	–	–	**6.008**
	Caia	1.615	–	1.208	171	2.189	357	34	1.785	–	**7.359**
	Lucefecit	472	–	14	26	72	–	72	128	–	**784**
	Minutos	520	–	183	–	250	–	120	110	–	**1.183**
	Vigia	404	–	73	4	281	–	140	149	–	**1.051**
	Odivelas	1.135	308	440	716	753	446	–	5.633	–	**9.431**
	Roxo	756	81	184	84	455	44	–	3.024	–	**4.628**
	AIC	**13.538**	**11.183**	**4.985**	**3.653**	**7.210**	**1.126**	**471**	**11.472**	**–**	**53.638**

1) Inclui prados permanentes e temporários e culturas anuais destinadas a fenos e silagens

2) Inclui trigo e outros cereais, oleaginosas, leguminosas

3) Inclui citrinos para além dos outros pomares de frutos frescos e secos

* Parte da área regada por este A.H. está localizada no ALE

** Parte da área regada por este A.H. está localizada no ALG

Fonte: FENAREG

2.5. Situação económica das explorações agrícolas da área de Influência do Cluster Agroindustrial do Ribatejo

Com base nos dados que atualmente dispomos só estaremos em condições de analisar a situação económica atual das explorações agrícolas da AIC com base nas respetivas receitas brutas.

Por **receita bruta da exploração (RBE)** entende-se o resultado da soma:

- do valor do produto agrícola a preços no produtor (VP_{PProd}) da exploração;
- com o valor dos pagamentos diretos aos produtores (PDP) de que beneficiam no contexto da PAC em vigor.

No cálculo do VP_{PProd} utilizou-se a metodologia descrita na **Caixa n.º 2**, para todas as explorações agrícolas da AIC que constam da base de dados do IFAP-2009, tendo-se baseado o cálculo dos respetivos PDP nos valores que constam na referida base de dados para:

- as **ajudas diretas à produção**, ou seja, os pagamentos aos produtores que, ainda, se encontrem ligados à produção, que passaremos a designar por pagamentos ligados à produção (PLP);
- o **regime de pagamento único (RPU)**, ou seja, os pagamentos diretos às explorações agrícolas desligadas da produção;
- as **indemnizações compensatórias (IC)** às explorações agrícolas localizadas nas chamadas regiões desfavorecidas;
- as **medidas agro-ambientais (MAA)**.

Analisando a RBE das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas especializações, pode-se concluir que são as explorações especializadas em bovinos de leite, em bovinos de

carne extensivos e em horticultura extensiva, aquelas que em 2009, apresentavam os mais elevados valores de RBE por exploração, ou seja, 421,3 milhares euros, 207,6 milhares euros e 231,4 milhares de euros, respetivamente (**Quadro 29**). No entanto, as taxas de suporte mais elevadas, ou seja, a percentagem da RBE que depende dos PDP, correspondem às explorações agrícolas especializadas em olival (45,8%), arvenses de sequeiro (35,6%) e arvenses de regadio (32,6%).

Quadro 29 – Receita bruta das explorações agrícolas da AIC de acordo com a sua especialização

Tipos de Explorações Agrícolas	Receita bruta da exploração			Taxa de suporte[1)] (%)
	Valor da Produção (10^3€/Exp)	Pagamentos diretos aos produtores (10^3€/Exp)	Total (10^3€/Exp)	
Explorações especializadas em culturas anuais	**48,4**	**18,2**	**66,6**	**27,3**
Arvenses de sequeiro	17,3	10,1	28,4	35,6
Arvenses de regadio	43,7	21,1	64,8	32,6
Horticultura extensiva	182,3	49,1	**231,4**	21,2
Horticultura e floricultura intensiva	96,1	8,4	104,5	8,0
Explorações especializadas em culturas permanentes	**8,9**	**2,4**	**11,3**	**21,2**
Fruticultura	35,1	4,0	39,1	10,2
Vinha	41,3	3,2	44,5	7,2
Olival	2,6	2,2	4,8	45,8
Explorações especializadas em pecuária intensiva	**117,3**	**22,3**	**139,6**	**16,0**
Bovinos Leite	378,5	48,8	421,3	11,6
Bovinos Carne Intensivos	68,3	18,4	86,7	21,2
Explorações especializadas em pecuária extensiva	**63,0**	**16,3**	**79,3**	**20,6**
Bovinos Carne Extensivos	162,7	44,9	207,6	21,6
Ovinos e Caprinos	36,9	7,7	44,6	17,3
Pousio e Pastagens	18,7	6,0	24,7	24,3
Explorações mistas	**37,3**	**11,0**	**48,3**	**22,8**
Policultura	15,7	4,3	20,0	21,6
Mistas de pecuária	85,9	23,0	108,9	21,1
Explorações não classificadas	**42,5**	**11,4**	**53,9**	**21,1**
Total	**14,8**	**3,7**	**18,5**	**20,0**

Fonte: IFAP-2009

1) $$\text{Taxa de suporte} = \frac{\text{Pagamentos directos aos produtores}}{\text{Receita bruta da exploração}} x100$$

São muito significativas as diferenças entre o RBE/Exp das explorações agrícolas da AIC quando classificadas de acordo com as respetivas dimensões económicas, com, as MG explorações a atingirem, em 2009, um valor 20,4 vezes superior ao da média da AIC e as MP 24,5 vezes inferiores à média em causa (**Quadro 30**). No que diz respeito às respetivas taxas de suporte, pode-se concluir que o seu valor decresce para cerca de metade quando se comparam as MP com as MG explorações agrícolas.

Quadro 30 – Receita bruta das explorações agrícolas da AIC de acordo com a respetiva dimensão económica

Dimensão económica das explorações agrícolas	Receita bruta da exploração			Taxas de suporte[1)] (%)
	Valor da Produção (10^3€/Exp)	Pagamentos diretos aos produtores (10^3€/Exp)	Total (10^3€/Exp)	
Explorações Muito Pequenas (MP)	1,4	0,8	2,2	36,4
Explorações Pequenas (P)	11,5	4,5	16,0	28,1
Explorações Médias (M)	55,9	18,2	74,1	24,6
Explorações Grandes (G)	224,4	57,1	281,5	20,3
Explorações Muito Grandes (MG)	927,0	171,3	1098,3	15,6
Explorações da AIC	42,5	11,4	53,9	21,2
Explorações do Continente	14,8	3,7	18,5	20,0

Fonte: IFAP-2009

1) $$\text{Taxa de suporte} = \frac{\text{Pagamentos directos aos produtores}}{\text{Receita bruta da exploração}} x100$$

As diferenças observadas entre o RBE/Exp média das NUT III que integram a AIC, são relativamente pouco significativas em relação a quase todas as unidades territoriais em causa, com exceção para o MT cuja RBE/Expl média (7,3 milhares de euros)

é, apenas, de 13,5% da média da AIC (53,9 milhares de euros) e de 9,3% da média LT, cujo valor (78,3 milhares de euros) é o mais elevado das seis NUT III em causa (**Quadro 31**).

Quadro 31 – Diferentes tipos de pagamentos diretos aos produtores na AIC e no Continente

	Receita bruta da exploração			Taxas de suporte[1]) (%)
	Valor da Produção (10^3€/Exp)	Pagamentos diretos aos produtores (10^3€/Exp)	Total (10^3€/Exp)	
Médio Tejo (MT)	5,9	1,4	7,3	19,2
Lezíria do Tejo (LT)	62,5	16,1	78,6	20,5
Alentejo Litoral (AL)	57,2	14,1	71,3	19,8
Alto Alentejo (AA)	40,7	11,8	52,5	22,5
Alentejo Central (AC)	56,4	13,0	69,4	18,7
Baixo Alentejo (BA)	39,6	12,3	51,9	23,7
Área de Influência do Cluster	42,5	11,4	53,9	21,2
Continente	14,8	3,7	18,5	20,0

Fonte: IFAP-2009

1)
$$\text{Taxa de suporte} = \frac{\text{Pagamentos directos aos produtores}}{\text{Receita bruta da exploração}} x100$$

O conjunto das explorações agrícolas da AIC que beneficiam dos pagamentos diretos à produção, que correspondem a 16% e a 63% do número e da SAU totais das explorações de Portugal Continental em situação idêntica, receberam em 2009 (**Quadro 32**):

- 353,1 milhões de euros em PDP, ou seja, cerca de metade do Continente;
- 323,3 milhões de euros em ADP, ou seja, 59% do total do Continente;
- mas, apenas, 11,4% e 3,7% do valor total das IC e das MAA.

Comparando a forma como se repartem os diferentes tipos de PDP dentro de cada NUT III (**Quadro 33**) pode-se concluir que se não verificam diferenças muito significativas, entre elas, com uma clara predominância das ADP em geral e do RPU em particular.

Quadro 32- Valores dos diferentes tipos de pagamentos diretos aos produtores dentro de cada NUT III da AIC

Pagamentos diretos aos produtores (PDP)	Área de influência do Cluster (AIC)		Continente		AIC em % do CONT
	10^6 €	%	10^6 €	%	
Ajudas diretas aos produtores (ADP)	**323,3**	**91,5**	**548,1**	**78,1**	**59,0**
Pagamentos ligados à produção (PLP)	98,2	27,8	146,1	20,8	67,2
Regime de Pagamento Único (RPU)	225,1	63,7	402,0	57,3	56,0
Indemnizações compensatórias (IC)	**12,2**	**3,5**	**106,6**	**15,2**	**11,4**
Medidas agroambientais (MAA)	**17,6**	**5,0**	**47,1**	**6,7**	**3,7**
Total dos PDP	**353,1**	**100,0**	**701,8**	**100,0**	**50,3**

Fonte: IFAP-2009

Quadro 33 – Repartição dos diferentes tipos de pagamentos diretos aos produtores entre as NUT III da AIC (%)

Pagamentos diretos aos produtores (PDP)	NUT III						AIC
	MT	LT	AL	AA	AC	BA	
Ajudas diretas aos produtores (ADP)	**86,0**	**96,6**	**92,5**	**87,8**	**91,5**	**91,3**	**91,6**
Pagamentos ligados à produção (PLP)	20,2	21,8	30,9	32,7	31,1	20,1	27,8
Regime de Pagamento Único (RPU)	67,3	74,8	61,6	55,1	60,4	71,2	63,8
Indemnizações compensatórias (IC)	**5,5**	**0,1**	**3,6**	**4,2**	**3,4**	**4,7**	**3,5**
Medidas agroambientais (MAA)	**8,5**	**3,3**	**3,9**	**8,0**	**5,1**	**4,0**	**4,9**
Total dos PDP	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IFAP-2009

Finalmente, quando se analisa a repartição dos PDP entre NUT III (**Quadro 34**) é de realçar:

- o reduzido peso assumido pelo MT em relação a todos os tipos de PDP;
- a pouca expressão das IC na LT;
- a posição dominante assumida pelo BA nos PDP em geral e nas ADP e IC em particular e do AA no caso das MAA.

Quadro 34 – Repartição dos diferentes tipos de pagamentos diretos aos produtores entre as NUT III da AIC (%)

Pagamentos diretos aos produtores (PDP)	NUT III						AIC
	MT	LT	AL	AA	AC	BA	
Ajudas diretas aos produtores (ADP)	**1,6**	**17,1**	**11,6**	**18,8**	**22,7**	**28,2**	**100,0**
Pagamentos ligados à produção (PLP)	1,1	17,8	13,2	22,7	26,1	19,2	100,0
Regime de Pagamento Único (RPU)	1,8	17,0	11,1	16,9	21,5	31,6	100,0
Indemnizações compensatórias (IC)	**2,8**	**0,6**	**11,9**	**24,0**	**22,5**	**38,3**	**100,0**
Medidas agroambientais (MAA)	**2,9**	**10,5**	**9,0**	**31,4**	**23,0**	**23,1**	**100,0**
Total dos PDP	**1,7**	**16,2**	**11,5**	**19,6**	**22,7**	**28,3**	**100,0**

Fonte: IFAP-2009

Na fase seguinte deste estudo, quando se proceder à análise do impacto da PAC depois de 2013 sobre a viabilidade económica dos diferentes tipos de explorações da AIC, vamos aprofundar a respetiva situação atual, através do apuramento de resultados líquidos das explorações, como sejam o valor acrescentado líquido e o rendimento empresarial líquido.

3. Diagnóstico da floresta na área de influência do Cluster Agroindustrial do Ribatejo

A superfície florestal da AIC era de 1542,6 mil hectares em 2005-2006, de acordo com os dados disponíveis do último Inventário Florestal Nacional (IFN). Esta área, que resulta de um crescimento acumulado de 6,3% nos últimos dez anos, representa 45,7% da área florestal do conjunto de Portugal Continental (**Quadro 35**). De acordo com os dados disponíveis, 94% da área florestal em causa corresponde a áreas ocupadas por povoamento florestais, nos quais ocupam lugar de destaque as seguintes áreas (**Quadro 36**):

- 623 mil hectares ocupados por sobreiros, ou seja, cerca de 43% da área com povoamentos florestais na AIC;
- 371 mil hectares ocupados por azinheiras, ou seja, cerca de 26% da área com povoamentos florestais na AIC;
- 257 mil hectares ocupados por eucaliptos, ou seja, cerca de 18% da área com povoamentos florestais na AIC.

Quadro 35 – Evolução das áreas da floresta na AIC e no Continente entre 1995-98 e 2005-06

Áreas Florestais	IFN (1995-98)		IFN (2005-06)		AIC	
	AIC (1000 ha)	CONT (1000 ha)	AIC (1000 ha)	CONT (1000 ha)	1995-98	2005-06
Povoamentos florestais	1432,3	3201,1	1450,2	3175,4	44,7%	45,7%
Áreas ardidas povoamentos	7,8	79,3	7,4	100,5	9,8%	7,4%
Áreas de corte raso	7,5	27,5	13,7	34,3	27,3%	39,9%
Outras áreas arborizadas	3,5	41,4	71,3	148,4	8,5%	48,0%
Floresta	1451,1	3349,3	1542,6	3458,6	43,3%	44,6%

Fonte: IFN de 1995-98 e de 2005-06

Quadro 36- Evolução das áreas das principais espécies florestais que compõem os povoamentos florestais da AIC e do Continente entre 1995-98 e 2005-06

Áreas Florestais	IFN (1995-98)		IFN (2005-06)		AIC	
	AIC (1000 ha)	CONT (1000 ha)	AIC (1000 ha)	CONT (1000 ha)	1995-98	2005-06
Pinheiro-bravo	113,9	967,1	91,3	885,0	11,8%	10,3%
Eucalipto	231,1	672,2	256,8	739,5	34,4%	34,7%
Sobreiro	602,2	712,8	623,1	715,9	84,5%	87,0%
Azinheira	400,8	461,6	370,5	412,9	86,8%	89,7%
Carvalhos	9,2	130,9	6,7	150,0	7,0%	4,5%
Pinheiro-manso	61,0	77,7	88,3	130,4	78,5%	67,7%
Castanheiro	0,2	40,6	0,6	30,0	0,5%	2,0%
Outras espécies	13,9	138,8	12,9	111,7	10,0%	11,5%
Povoamentos florestais	1432,3	3201,7	1450,2	3175,4	44,7%	45,7%

Fonte: IFN de 1995-98 e de 2005-06

Comparando as áreas ocupadas pelas diferentes espécies florestais na AIC na ultima década verifica-se que o pinheiro-bravo foi aquela que sofreu uma maior redução (-19,8%) e o pinheiro-manso aquela que apresentou o maior crescimento (+44,8%).

Da análise da repartição das áreas florestais da AIC pelas diferentes NUT III pode-se concluir que (**Quadro 37**):

- o MT e LT representavam em 2005-06, apenas, cerca de 20% da área ocupada pelos povoamentos florestais da AIC, mas integravam quase 60% áreas ardidas, as quais se encontravam localizadas, principalmente, no MT;
- os restantes 80% de áreas ocupadas pelos povoamentos florestais repartiu-se de forma relativamente semelhante entre as 4 NUT III do Alentejo, com especial relevo para o AC.

Quadro 37 – Repartição das diferentes áreas florestais pelas NUT III da AIC 2005-06

Áreas Florestais	Médio Tejo	Lezíria do Tejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Área de influência do Cluster
Povoamentos florestais	7,0%	13,6%	19,6%	17,6%	23,8%	18,5%	100,0%
Áreas ardidas povoamentos	52,3%	4,1%	14,3%	14,7%	11,6%	3,1%	100,0%
Áreas de corte raso	9,1%	26,5%	37,0%	21,9%	3,6%	1,8%	100,0%
Outras áreas arborizadas	8,5%	6,8%	19,9%	14,8%	39,2%	10,8%	100,0%
Floresta	7,3%	13,4%	19,8%	17,5%	24,1%	18,0%	100,0%

Fonte: IFN de 2005-06

A repartição das principais espécies florestas dentro de cada NUT III da AIC aponta para a predominância (**Quadro 38**):

- do pinheiro-bravo (32%), eucalipto (44%) e sobreiro (21%) no MT;
- do eucalipto (32%) e do sobreiro (53%) na LT;
- do sobreiro (50%), do eucalipto (20%) e dos pinheiros bravo (12%) e manso (13%) no AL;
- do sobreiro (46%), azinheira (27%) e do eucalipto (17%) no AA;
- do sobreiro (48%) e da azinheira (40%) no AC;
- do sobreiro (29%) e da azinheira (12%) no BA.

Quadro 38 – Repartição das diferentes espécies florestais dentro de cada NUT III da AIC

Espécies Florestais	Médio Tejo	Lezíria do Tejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Área de influência do Cluster
Pinheiro-bravo	31,7%	5,2%	11,9%	4,6%	0,6%	0,6%	6,3%
Eucalipto	43,5%	32,3%	19,9%	16,9%	7,6%	8,7%	17,7%
Sobreiro	20,9%	52,6%	49,7%	45,7%	47,6%	28,5%	43,0%
Azinheira	0,3%	0,6%	4,8%	27,4%	40,1%	54,9%	25,6%

Carvalhos	1,2%	0,1%	0,0%	2,0%	0,0%	0,0%	0,5%
Castanheiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%
Pinheiro-manso	0,8%	7,9%	12,7%	2,5%	3,3%	6,6%	6,1%
Outras folhosas	1,6%	1,2%	0,9%	0,6%	0,8%	0,7%	0,9%
Outras resinosas	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Povoamentos florestais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IFN de 2005-06

Analisando a repartição das áreas de cada uma das principais espécies florestais da AIC entre as diferentes NUT III, pode-se, por outro lado, concluir que (**Quadro 39**):

- o pinheiro-bravo está concentrado maioritariamente no MT (35%) e no AL (37%);
- o eucalipto reparte-se de forma relativamente semelhante entre o MT, a LT, o Al e o AA;
- o sobreiro predomina no AL, AA e AC;
- a azinheira está concentrada no AA, no AC e no BA;
- o pinheiro-manso assume particular importância no AL, BA, LT e AC.

Quadro 39 – Repartição das diferentes espécies florestais entre as NUT III da AIC

Espécies Florestais	Médio Tejo	Lezíria do Tejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Área de influência do Cluster
Pinheiro-bravo	35,1%	11,1%	37,0%	12,9%	2,1%	1,8%	100,0%
Eucalipto	17,1%	24,8%	22,0%	16,8%	10,2%	9,1%	100,0%
Sobreiro	3,4%	16,6%	22,7%	18,7%	26,3%	12,3%	100,0%
Azinheira	0,1%	0,3%	3,7%	18,8%	37,3%	39,8%	100,0%
Carvalhos	18,1%	3,1%	0,0%	76,5%	2,3%	0,0%	100,0%
Castanheiro	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pinheiro-manso	0,9%	17,7%	41,1%	7,3%	12,9%	20,2%	100,0%
Outras folhosas	12,6%	19,1%	20,1%	13,0%	21,4%	14,0%	100,0%

Outras resinosas	6,6%	6,6%	60,1%	6,6%	19,9%	0,0%	100,0%
Povoamentos florestais	7,0%	13,6%	19,6%	17,6%	23,8%	18,5%	100,0%

Fonte: IFN de 2005-06

Infelizmente, não existem disponíveis dados económicos regionalizados que nos permitam aprofundar um pouco mais esta análise do sector florestal da AIC, mas do anteriormente dito pode-se facilmente concluir que a cortiça e o pinhão, para além da madeira de azinho e de pinheiro constituem produtos fundamentais para qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável que venha a ser desenhada para a AIC.

4. Diagnóstico da indústria agroflorestal na área de influência do Cluster Agroindustrial do Ribatejo

No âmbito do diagnóstico estratégico do Cluster Agroindustrial do Ribatejo, pretende-se efetuar uma caracterização da evolução recente e da situação atual da indústria transformadora em geral e das empresas responsáveis pela transformação e comercialização de produtos de origem vegetal e animal em particular, a que denominamos Indústria Agro-Florestal (IAF). A IAF inclui os seguintes ramos principais na indústria transformadora: indústria alimentar, indústria das bebidas, indústria do tabaco, indústria da madeira, da cortiça e suas obras e indústria da pasta de papel, papel e cartão.

A análise foi efetuada a nível nacional e, sempre que possível, a nível regional (NUT III – Médio Tejo e Lezíria do Tejo).

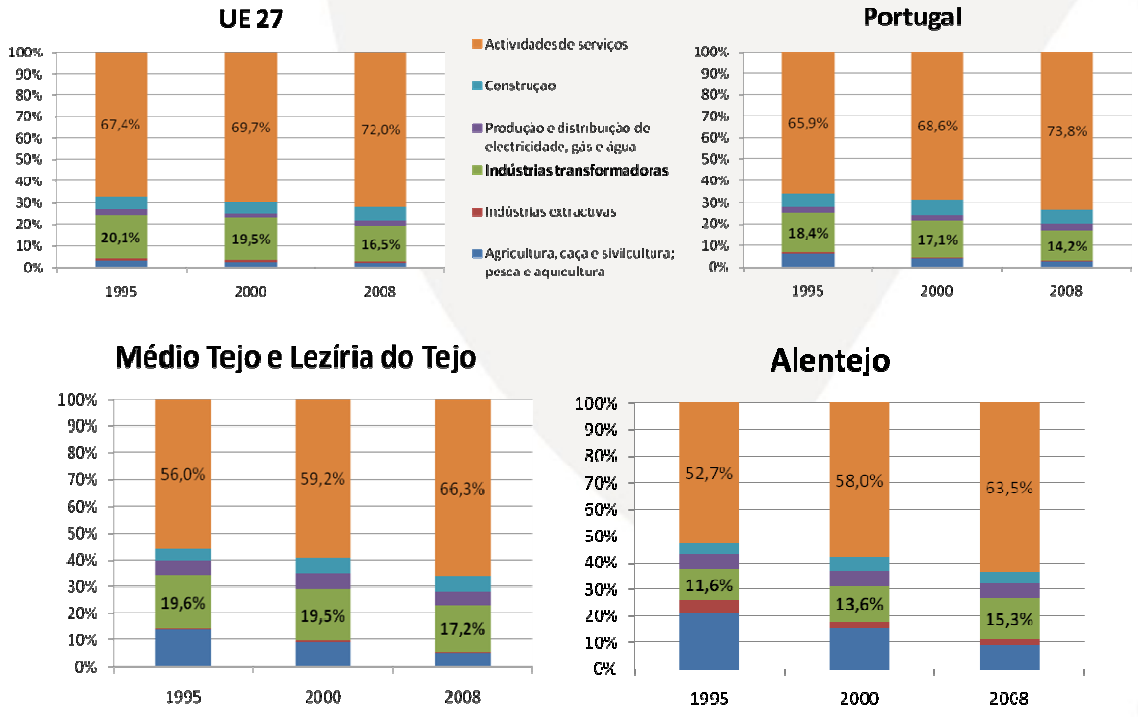
O horizonte temporal da presente caracterização, assim como a desagregação da informação dos diferentes ramos que compõem a IAF, encontram-se fortemente limitados pela reduzida informação estatística disponível, principalmente a nível regional. De facto, a existência, por um lado, de inúmeras situações de

segredo estatístico (direto e indireto) e, por outro, de alterações nas metodologias estatísticas associadas à recolha de informações das empresas (alteração da fonte dos dados em 2004 e a alteração da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas em 2007), impossibilita obter séries temporais anteriores a 2004, e com valores consistentes entre 2006 e 2008.

4.1. Importância da Indústria Agro-Florestal no VAB das empresas

A indústria transformadora regional (conjunto do Médio Tejo e Lezíria do Tejo) é responsável por cerca de 17% do VAB gerado pelas empresas da região, traduzindo-se na contribuição para a economia regional ligeiramente superior à verificada a nível nacional (14,2%) e a nível da UE (16,5).

Figura 1 – Peso da Indústria Transformadora no VAB das empresas.



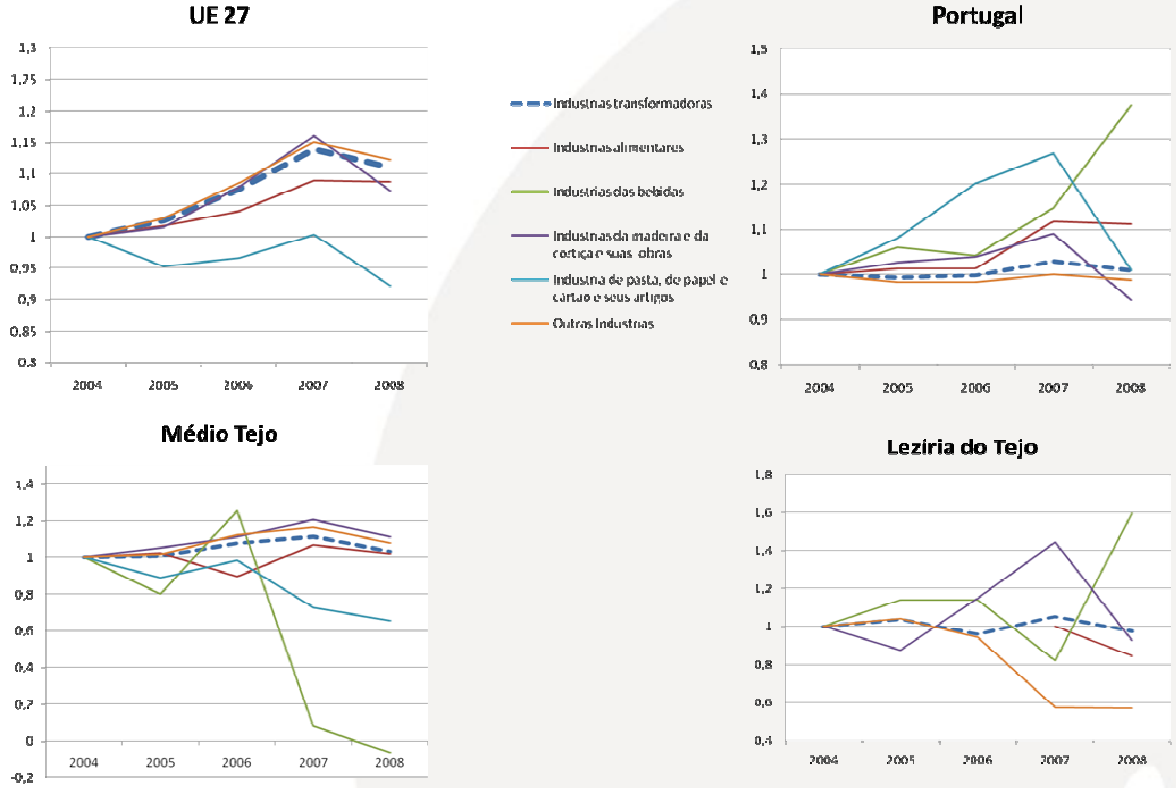
Fonte: INE e EUROSTAT

Ao longo dos últimos 13 anos verificou-se uma quebra generalizada da importância da Indústria transformadora no VAB gerado, que foi acompanhada pelo aumento da importância do sector dos Serviços, associada à desindustrialização da economia. Este processo ocorreu com maior intensidade a nível nacional que a nível regional. Destaca-se, no período temporal considerado, que o Alentejo foi a única região do País em que se verificou um aumento da contribuição da indústria transformadora para o VAB regional, que se situa atualmente nos 15%.

A quebra de importância da indústria transformadora reflete um processo de alteração estrutural da economia, e não um declínio do VAB deste sector, que apresentou aumentos em valor na ordem dos 50%, no período de 13 anos, e em todas as regiões acima consideradas.

No entanto, apesar de terem ocorrido aumentos significativos no VAB da indústria transformadora, para o período entre 1995 e 2008, pode-se verificar nos gráficos abaixo apresentados que, nos últimos anos do período (2004 a 2008), ocorreu uma certa estabilização dos valores a nível nacional, o que contrasta com o aumento verificado para a UE 27.

Figura 2- Evolução do VAB da indústria transformadora e ramos da IAF entre 2004 e 2008 (valores em índice 2004=1)



Fonte: INE e EUROSTAT

A Indústria Agro-Florestal que se pretende caracterizar corresponde, como foi dito anteriormente, a apenas alguns ramos da indústria transformadora.

A evolução do VAB gerado por cada um dos principais ramos da IAF apresenta padrões diferenciados consoante a região considerada:

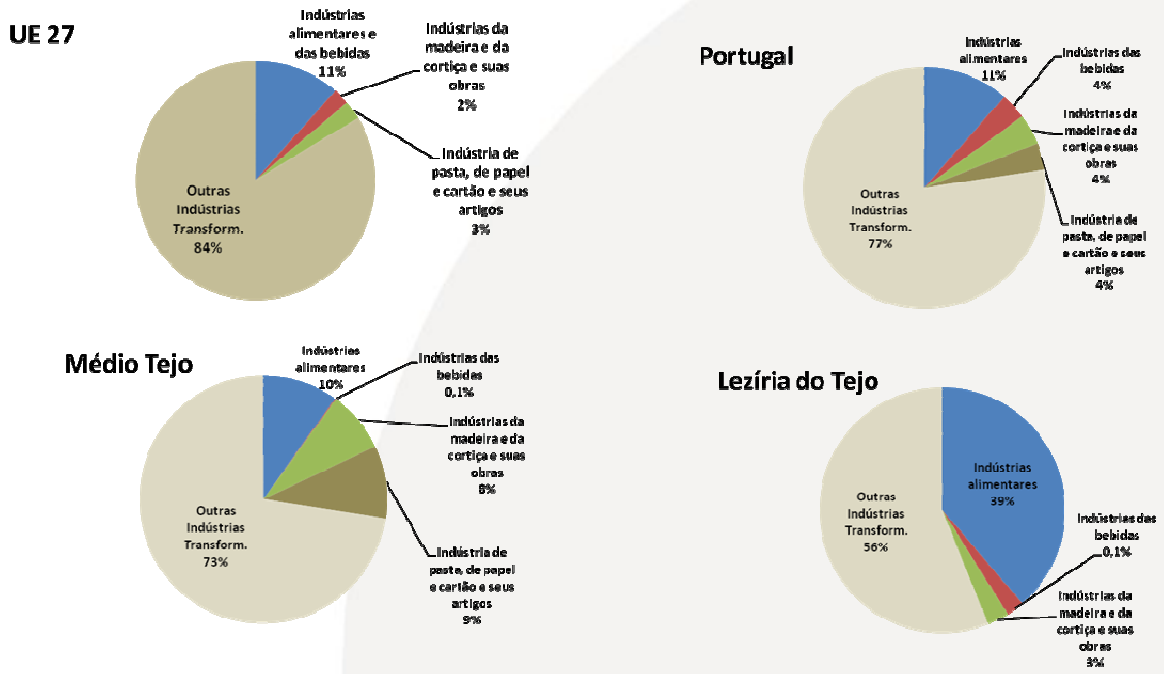
- A nível da **UE 27**, apenas a indústria da pasta, do papel, do cartão e seus artigos sofreu um decréscimo do VAB ao longo do período de 2004 a 2008, tendo os restantes ramos da indústria agro-florestal apresentado crescimentos superiores a 5%.
- Em **Portugal**, no período considerado, tanto a indústria das bebidas, como a indústria alimentar apresentaram um

crescimento importante do VAB gerado (37% e 11% respetivamente). O VAB para a indústria da pasta, do papel, do cartão e seus artigos, apresentou um crescimento significativo até 2007, tendo depois decrescido no ano seguinte para valores próximos dos verificados em 2004.

- Para o **Médio Tejo**, destaca-se um decréscimo considerável no VAB gerado pela indústria das bebidas e pela indústria da pasta, do papel, do cartão e seus artigos. Os restantes ramos da IAF representados mantêm-se relativamente estáveis durante o período considerado, apesar de apresentarem ligeiras variações.
- Em relação a **Lezíria do Tejo**, destaca-se apenas o VAB da indústria das bebidas, que apresenta um aumento de significativo. Os restantes ramos da IAF, apesar de terem apresentado acréscimos e decréscimos significativos de VAB ao longo do período considerado, apresentam em 2008 valores semelhantes aos verificados em 2004.

Nos gráficos seguintes apresenta-se, para o ano de 2008, o peso que cada um destes ramos possui no VAB total da indústria transformadora.

Figura 3 – Peso dos diferentes ramos da IAF no VAB da Indústria Transformadora



Fonte: INE e EUROSTAT

Assim, verifica-se que o peso assumido pela IAF no VAB varia significativamente consoante a região considerada. A Lezíria do Tejo apresenta o maior peso da IAF (42%) no total da industria transformadora, assumindo as indústrias alimentares uma importância destacada. No Médio Tejo, o VAB da IAF possui uma influência marcada das indústrias florestais (madeira, cortiça e pasta de papel). A IAF assume, em ambas as regiões, uma importância superior à verificada quer a nível nacional quer a nível da UE.

Figura 4 – Proporção do VAB das indústrias transformadoras nacionais no VAB nacional das indústrias transformadoras

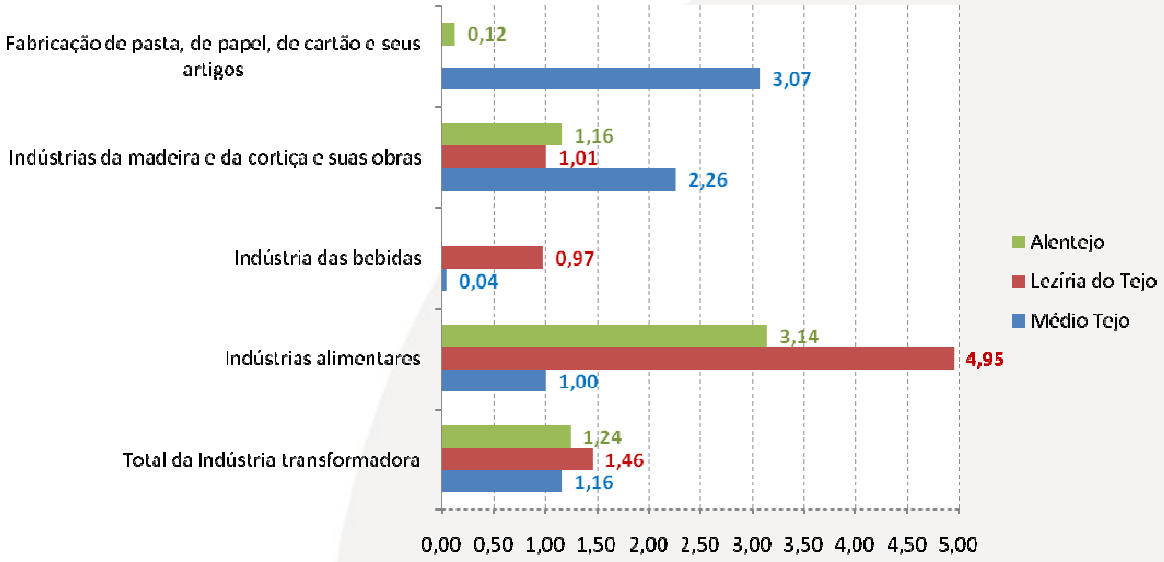
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Por fim, analisando o peso que a indústria transformadora de cada uma das regiões assume no VAB total gerado pela indústria transformadora nacional, verifica-se que, entre 1995 e 2008, ocorreu um ligeiro aumento da contribuição da Lezíria do Tejo e um aumento bastante significativo da contribuição da região do Alentejo (depois de deduzida a contribuição da NUTS II Lezíria do Tejo). O Médio Tejo manteve o seu peso nacional em termos de indústria transformadora.

Os diferentes pesos assumidos pelos ramos principais da indústria agro-florestal encontram-se associados ao tipo de atividade dominante em cada região. Desta forma é possível definir os ramos que correspondem a atividades de especialização calculando o quociente de localização, também conhecido como índice de Balassa- Hoover[4].

[4] É calculado através do rácio entre o peso, em termos de VAB, de uma atividade económica na região e o peso, em termos de VAB, dessa atividade económica no país. Sempre que este rácio seja superior a 1, significa que a atividade económica em questão tem maior relevância no VAB total da região que ao nível nacional, ou seja, em termos de VAB, a região é especializada nessa atividade económica.

Figura 5 – Quociente de localização para cada ramo da IAF, 2008



Fonte: Calculado com base em informação do INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

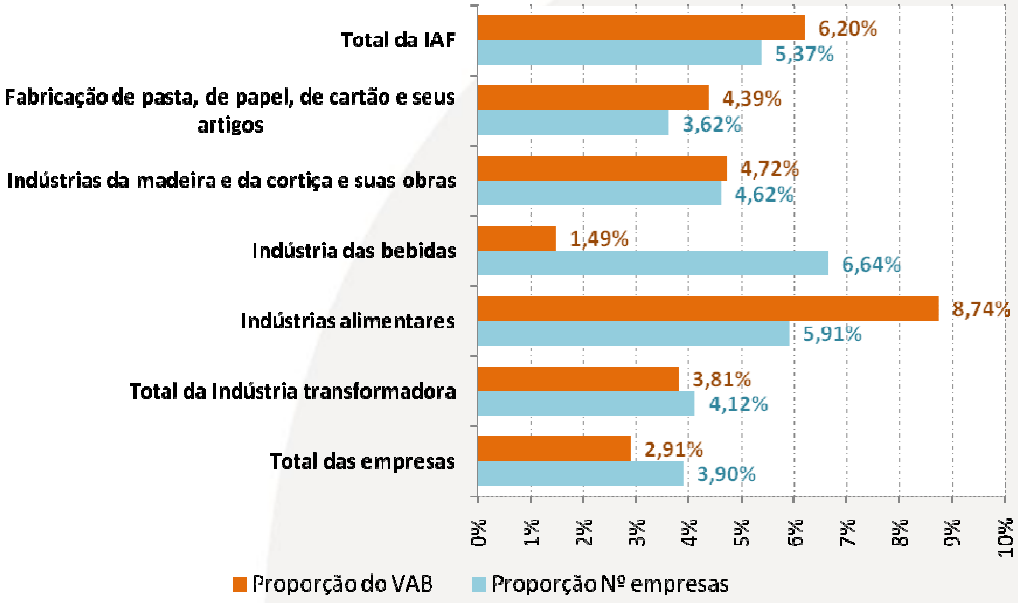
Como se pode verificar pela análise do gráfico anterior, a região do Médio Tejo apresenta especialização em todos os ramos principais da Indústria agro-florestal, com exceção da indústria das bebidas.

Tanto a Lezíria do Tejo como o Alentejo, apresentam um elevado grau de especialização na indústria alimentar, embora esta seja mais marcada a nível da primeira.

4.2. Características da Indústria Agro-Florestal regional

Em 2008, existem 42.793 empresas do sector empresarial não financeiro, estabelecidas no conjunto das regiões do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, que representam 3,9% das empresas existentes a nível nacional e 2,91% do VAB gerado pelo sector empresarial nacional.

Figura 6 – Proporção do Nº de empresas e do VAB gerado pelos diferentes ramos da IAF do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, quando comparados com o total nacional



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, 2008.

Por seu lado, a Indústria Agro-Florestal, no conjunto das regiões em estudo, é constituída por um total de 1.005 empresas, representando 5,37% do total de empresas da IAF existentes no país, e gera um Valor Acrescentado Bruto de 265 milhões de euros, cerca de 6,2% do VAB nacional gerado pela IAF.

Considerando os valores apresentados para cada ramo da IAF, destaca-se em termos de VAB as indústrias alimentares regionais, que representam 8,74% do VAB gerado pela indústria alimentar nacional, situação que está fortemente associada à contribuição da Lezíria do Tejo, que por si só representa 7,3% do VAB da indústria alimentar.

Destaca-se também o facto da indústria das bebidas existente na região e estudo representar 6,64% do total de empresas do ramo a nível nacional, embora o seu peso no VAB seja apenas de

1,49%, o que aponta para uma fragmentação elevada deste tipo de indústria na região.

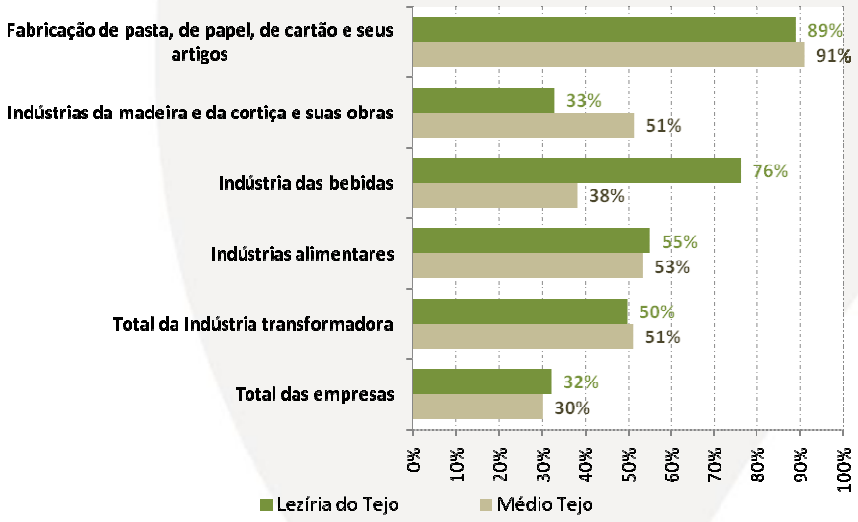
Quadro 40 – Número de empresas existentes em 2008, por região e ramo da IAF

Nº de empresas	Portugal	%	Médio Tejo	%	Lezíria do Tejo	%	Médio Tejo + Lezíria Tejo	%	Alentejo (sem LT)	%
Total das empresas	**1.096.255**		**20.935**		**21.858**		**42.793**		**45.644**	
Total da Indústria transformadora	**79.589**	**7%**	**1.685**	**8%**	**1.593**	**7%**	**3.278**	**8%**	**3.156**	**7%**
Indústrias alimentares	9.886	53%	264	58%	320	58%	584	58%	1.068	71%
Indústria das bebidas	949	5%	21	5%	42	8%	63	6%	72	5%
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	7.312	39%	158	35%	180	33%	338	34%	359	24%
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	553	3%	11	2%	9	2%	20	2%	9	1%
Total da IAF	**18.700**	**100%**	**454**	**100%**	**551**	**100%**	**1.005**	**100%**	**1.508**	**100%**

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

No conjunto das empresas não financeiras existentes, tanto no Médio Tejo como na Lezíria do Tejo, predominam as empresas individuais (70% e 68% respetivamente):

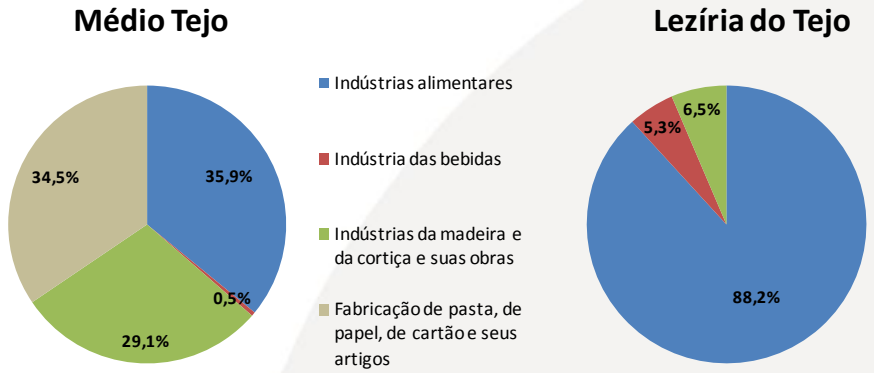
Figura 7 – Proporção de Sociedades no total das empresas para cada ramo da IAF



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

No caso das empresas classificadas como indústria transformadora, e para a generalidade dos ramos da IAF, a forma jurídica da constituição das empresas dominante passa a ser as Sociedades. Para esta situação contribuirão certamente as características inerentes à criação de uma unidade fabril, em que o investimento inicial avultado é mais facilmente atendível pela união do capital de diferentes investidores.

Figura 8 – Composição do VAB da Indústria Agro-Florestal, em 2008



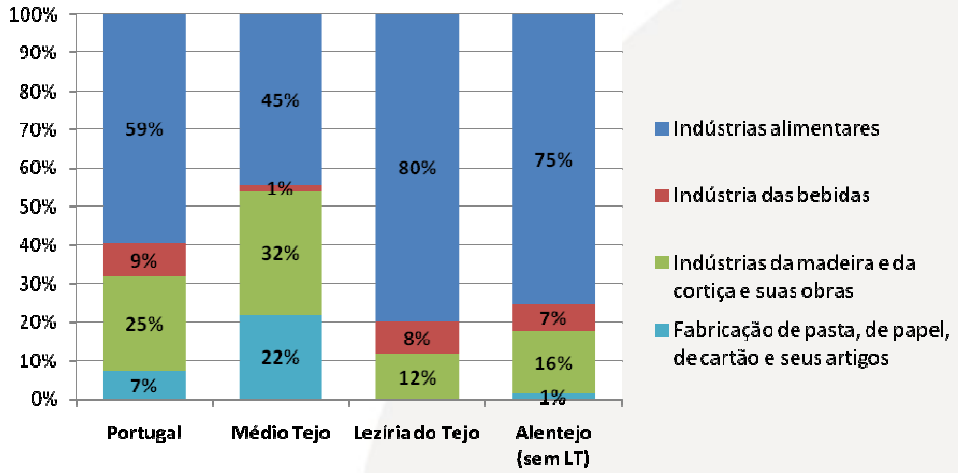
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Nos gráficos acima apresentados compara-se a composição do VAB gerado pela IAF, para as duas regiões em estudo. A desagregação apresentada vai apenas ao Nível 2 da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE – REV.3), uma vez que para níveis mais baixos não é possível obter informação para todos os ramos devido ao segredo estatístico.

Para o Médio Tejo, verifica-se que a contribuição dos diferentes ramos da IAF para o VAB total é muito semelhante, com exceção da indústria das bebidas, que apresenta uma contribuição de apenas 0,5%. Em contraste, para a Lezíria do Tejo, verifica-se um claro predomínio da indústria alimentar, que é complementado por uma ligeira contribuição da indústria das bebidas e com a indústria da fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos.

A indústria transformadora é responsável por 20% do pessoal ao serviço do total das empresas não financeiras nacionais, dos quais 4,3% correspondem à indústria agro-florestal. Ao nível das regiões em estudo, a importância do emprego gerado pela IAF no total do pessoal ao serviço das empresas é significativamente superior, atingindo os 6,7% para o Médio Tejo e os 9,9% para a Lezíria do Tejo. No total das duas regiões consideradas, a IAF possui 10.867 pessoas ao serviço, o que representa 8,3% do emprego na região.

Figura 9 – Distribuição do pessoal ao serviço pelos principais ramos da IAF, 2008



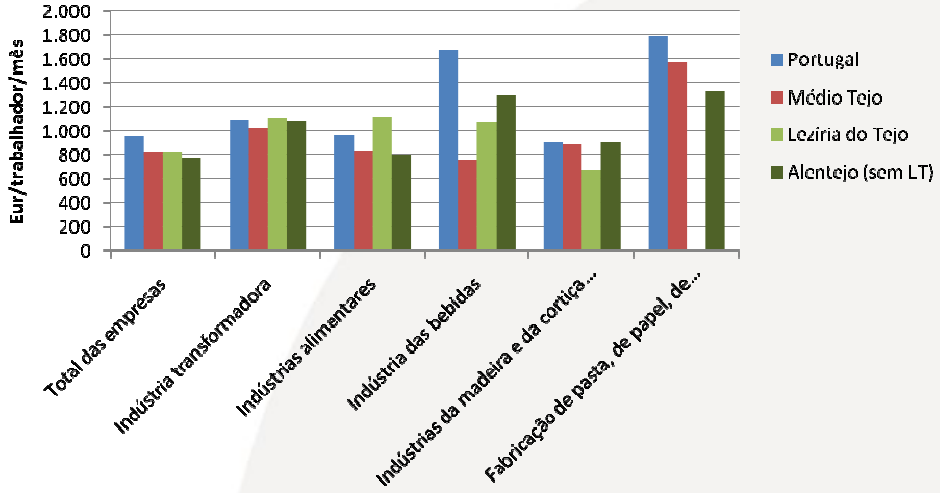
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Dentro da IAF, e para cada uma das regiões representadas no gráfico, a indústria alimentar assume uma posição de destaque, chegando a representar 80% do total de emprego na IAF para a Lezíria do Tejo. No Médio Tejo, verifica-se também um peso considerável das indústrias ligadas à floresta.

Com base nos custos anuais com o pessoal empregado nas empresas não financeiras, por ramo de atividade, e o respetivo número de pessoas ao serviço, foram calculados os custos médios mensais com o pessoal ao serviço de cada um dos ramos da Indústria agro-florestal.

Como se pode verificar pela análise do gráfico seguinte, para o conjunto de regiões analisadas, o custo médio mensal por empregado da indústria transformadora (euros/trabalhador/mês) é ligeiramente superior à média do total das empresas. No contexto da IAF, destacam-se a indústria da pasta e do papel, com custos médios com pessoal bastante elevados, e a indústria das bebidas.

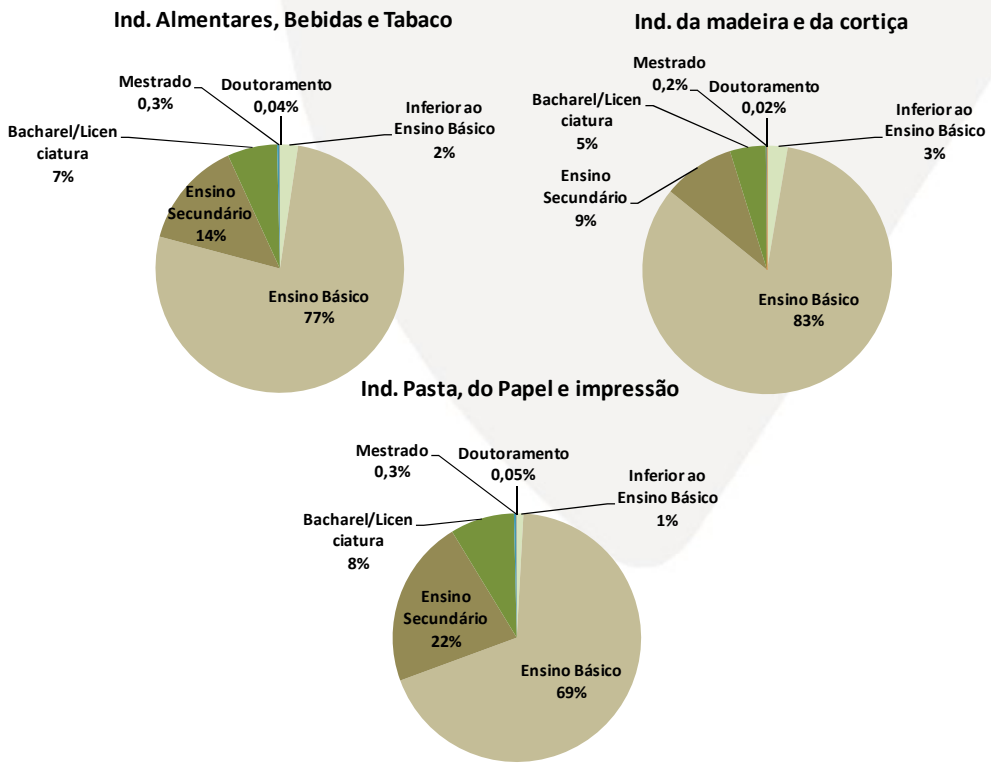
Figura 10 – Custo médio mensal com o pessoal empregado na IAF, 2008



Fonte: Calculado com base em informação do Sistema de Contas Integradas das Empresas, INE

Quanto ao nível de habilitação do pessoal ao serviço, apenas foi possível obter os dados por ramo da IAF a nível do País, que se apresentam:

Figura 11 – Nível de habilitação dos trabalhadores dos principais ramos da IAF



Fonte: MTSS, Quadros de Pessoal 2008

Nas indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco (CAE 10,11 e 12) existe uma predominância muito clara dos níveis mais baixos de habilitações, com 79% dos trabalhadores a possuírem o ensino básico ou inferior, 14% a possuírem o ensino secundário completo e apenas 7% a possuírem algum grau universitário. O baixo nível de habilitações dos trabalhadores da indústria da madeira e da cortiça (CAE 16) é ainda superior, com 86% dos trabalhadores a possuírem um nível de formação inferior ou ao nível do ensino básico.

A Indústria da pasta, do papel, impressão e reprodução de suportes gravados (CAE 17 e 18), possui uma importância maior dos níveis de habilitações superiores nos seus trabalhadores. De facto, cerca de 30 % dos trabalhadores deste ramo possuem o ensino secundário completo ou um grau universitário.

4.3. Dinâmica empresarial da indústria agro-florestal regional regional

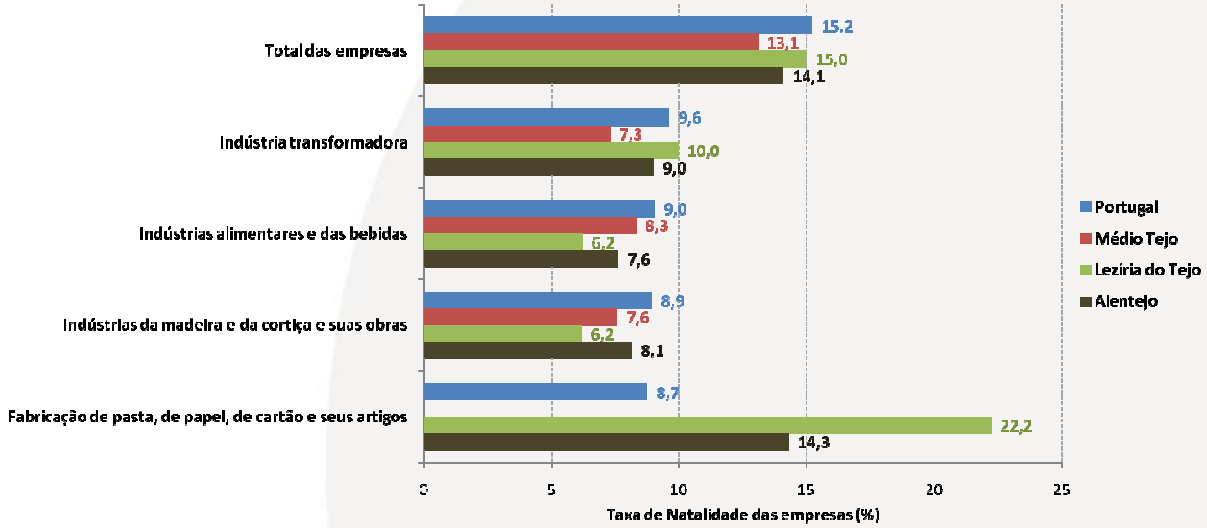
De forma a se adaptarem aos novos desafios e dinâmicas dos mercados de procura e oferta de produtos, as empresas do sector são obrigadas a reorganizar-se e renovar as suas estruturas produtivas. Neste contexto, assume particular relevância o empreendedorismo, que surge muitas vezes associado à inovação de processos produtivos, à criação de novos produtos com maior valor acrescentado, ao aumento da produtividade e à criação de novos empregos nas regiões.

Assim, ao efetuarmos uma análise das principais variáveis demográficas das empresas da indústria agro-florestal, pretendemos verificar tanto a dinâmica da criação de novas empresas, como a proporção de novas empresas que sobrevivem no mercado.

Em 2007, a taxa de natalidade das empresas da indústria transformadora era de 7,3% no Médio Tejo e de 10% na Lezíria do

Tejo, valores que são significativamente inferiores aos verificados para o total da economia (13,1% e 15%, respetivamente) e que se encontram em torno da taxa de natalidade da indústria transformadora nacional (9,6%).

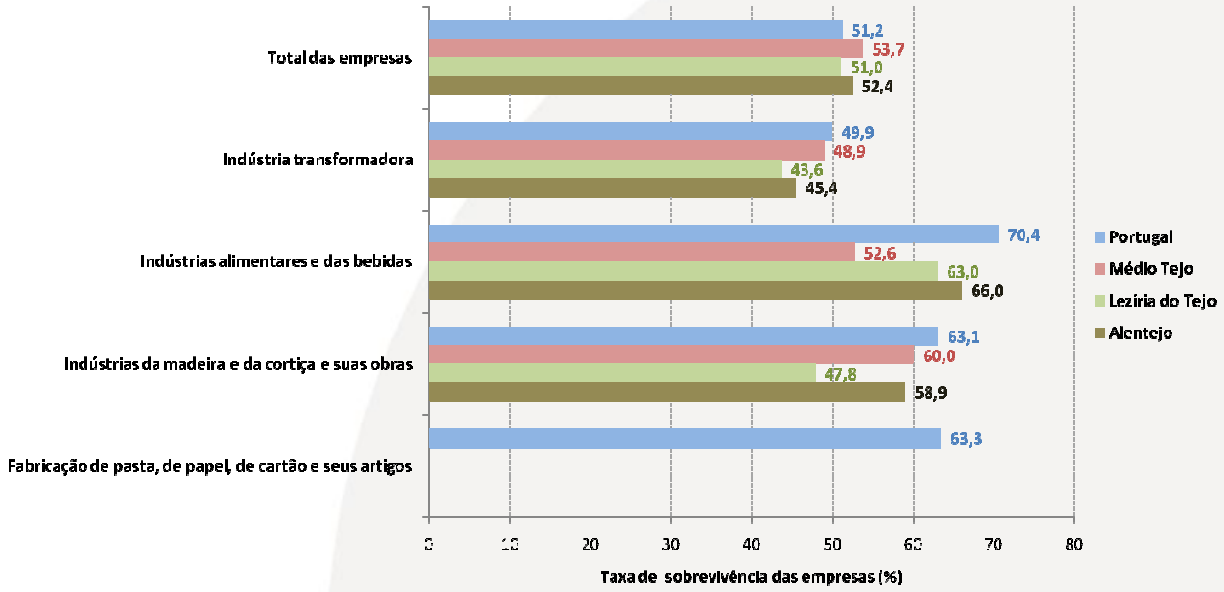
Figura 12 – Taxa de natalidade (%) das empresas da IAF, em 2007



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Também em relação aos diferentes ramos da IAF, se verificam taxas de natalidade das empresas inferiores às registadas para o total da economia, excetuando a indústria da pasta, do papel e do cartão (CAE17), que apresenta, a nível regional, taxa de natalidade elevadas, atingindo os 22% no caso da Lezíria do Tejo. Pelo contrário, as taxas de natalidade das empresas mais baixas surgem nas indústrias alimentares, das bebidas, da madeira e da cortiça (CAE 10, 11 e 16), para a região da Lezíria do Tejo.

Figura 13 – Taxa de sobrevivência a dois anos (%) das empresas da IAF, em 2007



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Para além de analisarmos o dinamismo na criação de empresas para os diferentes ramos da IAF, é importante verificar o que acontece em termos da sobrevivência das empresas criadas, isto é, qual a proporção de empresas criadas dois anos antes que ainda se encontravam e atividade em 2007.

Assim, apesar de se verificarem taxas de sobrevivência a dois anos, para a indústria transformadora, abaixo dos 50%, em qualquer das regiões consideradas no gráfico acima apresentado, as taxas de sobrevivência verificadas para os principais ramos da indústria agro-florestal são superiores a 60%, com exceção da Indústria Alimentar e Bebidas no Médio Tejo e das Indústrias da Madeira na Lezíria do Tejo.

Comparando a taxa de sobrevivência das empresas para cada ramo da IAF e para a indústria transformadora a nível nacional, com as respetivas taxas para cada uma das regiões em estudo, verifica-se que nestas últimas as taxas de sobrevivência são mais baixas. Pelo contrário, quando consideramos o total das

empresas, as taxas de sobrevivência rondem os 51%, tanto a nível nacional como a nível das diferentes regiões.

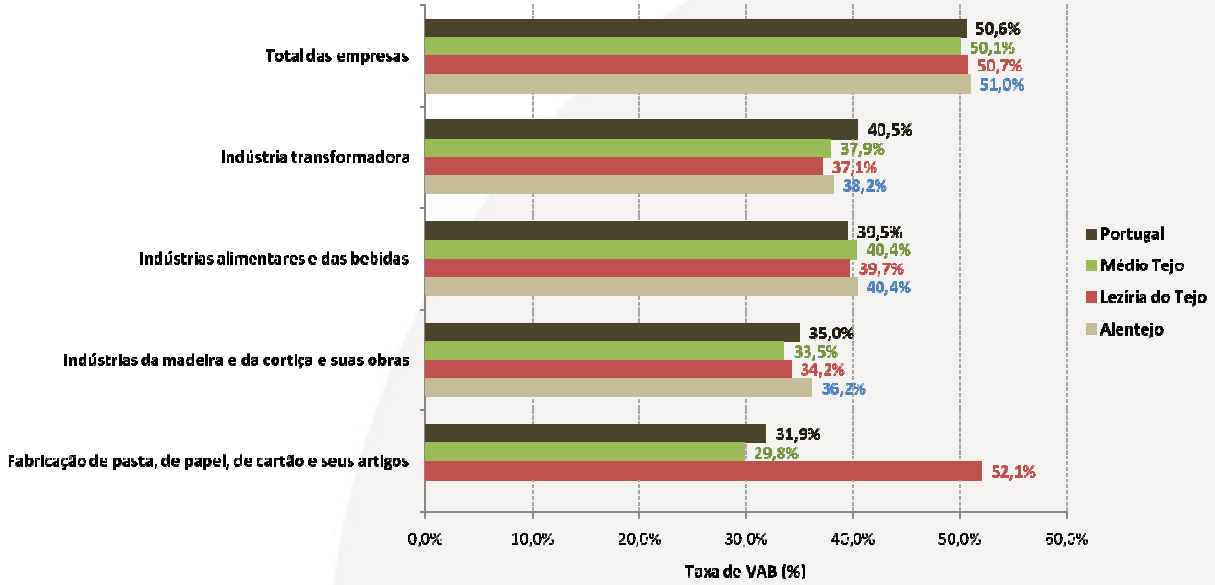
4.4. Sustentabilidade económico-financeira das empresas da IAF regional

Sobrevivência da indústria agro-florestal existente na região em estudo depende, em larga medida, da robustez económico-financeira das empresas que a constituem. Neste contexto, iremos analisar um conjunto de rácios económico-financeiros que sintetizam a sustentabilidade das empresas quanto à criação de valor acrescentado, quanto à estrutura do aparelho produtivo e quanto à estrutura de financiamento.

A taxa de valor acrescentado bruto[5] mede a capacidade que as empresas têm em criar valor acrescentado por cada unidade produzida. Pela análise do gráfico abaixo apresentado, podemos verificar que, com exceção da indústria da pasta e do papel (CAE 17) da Lezíria do Tejo, não existem diferenças significativas entre taxas de valor acrescentado das diferentes regiões, dentro de cada um dos ramos da indústria.

5

Figura 14 – Taxa de valor acrescentado bruto das IAF, em 2007



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

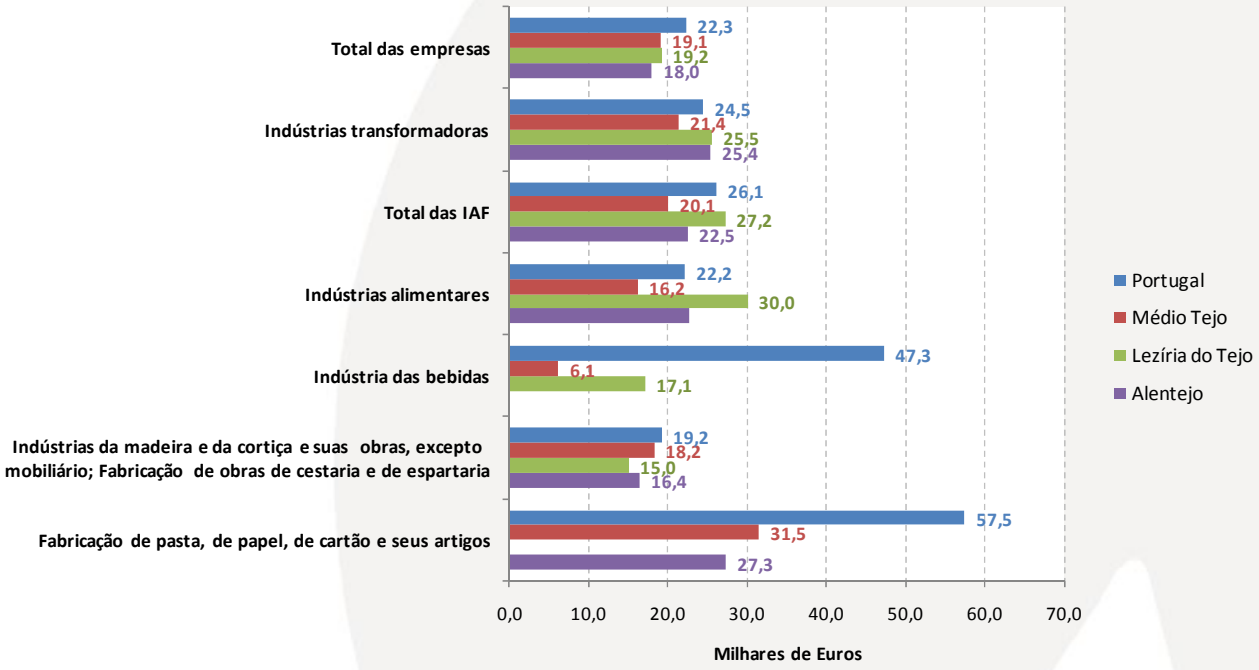
No entanto, existem algumas diferenças nas taxas de VAB quando comparamos os diferentes ramos da IAF. De facto, as taxas de valor acrescentado bruto, para o conjunto da indústria transformadora e para cada um dos principais ramos da IAF, são significativamente inferiores ás verificadas para o total das empresas, o que indica que os consumos intermédios (bens e serviços consumidos no processo de produção, excluindo os ativos fixos), possuem um maior peso nas indústrias consideradas que no conjunto da economia.

A título de exemplo, em 2007, para o Médio Tejo, 37,9% da produção da indústria transformadora correspondia a valor acrescentado bruto, valor este que era bastante inferior aos 50,1% gerados pelo conjunto de todas as empresas existentes na região.

Um outro indicador económico-financeiro importante para a indústria é a produtividade aparente da mão-de-obra, que corresponde ao valor acrescentado bruto gerado por pessoa ao serviço. Em 2008, para cada trabalhador ao serviço, a indústria

agro-florestal gerou, em média, cerca de 20,1 milhares de euros no Médio Tejo, valor que embora seja superior à média do total das empresas, é ligeiramente inferior à produtividade do total da indústria transformadora.

Figura 15 – Produtividade aparente do trabalho para os ramos da IAF, em 2008



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Na Lezíria do Tejo, a IAF apresente uma produtividade do trabalho superior à verificada tanto a nível nacional como a nível da industria transformadora, rondando os 27 milhares de euros por trabalhador.

Dentro da indústria agro-florestal, destaca-se as baixas produtividades do trabalho da indústria das bebidas e da indústria da pasta do papel regionais, quando comparadas com a média nacional.

Relativamente às indústrias alimentares, destaca-se a produtividade associada à Lezíria do Tejo, que apresenta um valor superior à média nacional e às restantes regiões.

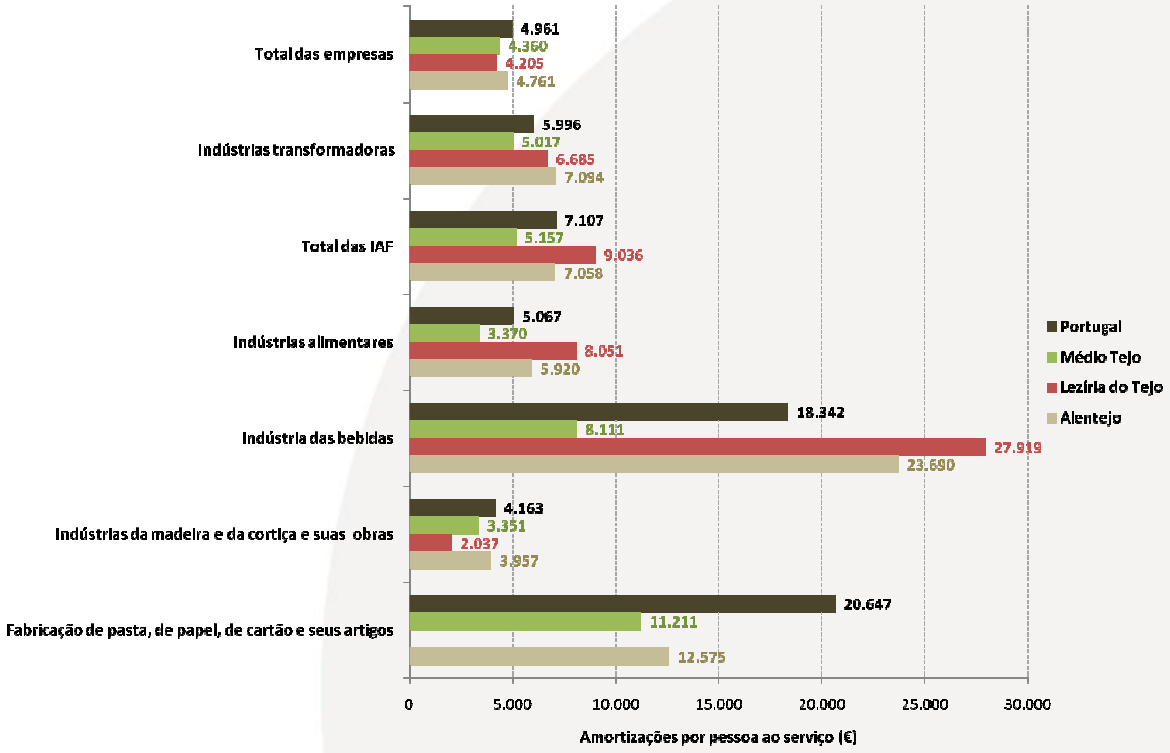
Para as indústrias da madeira e da cortiça, verifica-se que a indústria existente nas regiões em estudo, apresenta uma

produtividade do trabalho inferior aos valores médios do país para este ramo da indústria.

Para analisar a intensidade de capital das empresas de cada ramo de atividade (em relação à mão de obra), utiliza-se normalmente o coeficiente capital-emprego, calculado como o rácio entre o imobilizado afecto à atividade produtiva e o número de pessoas ao serviço. Uma vez que não nos foi possível obter, com a desagregação necessária, informação estatística sobre o imobilizado das empresas do ramo industrial, a nível das NUTS III, identificámos um indicador alternativo, que utilizasse a informação disponível no INE.

Assim, decidiu-se utilizar a informação disponível a nível do valor das amortizações, ajustamentos e provisões das empresas industriais, como aproximação do valor do imobilizado. De facto, a amortização dos investimentos constitui um custo anualizado do conjunto dos investimentos de capital efetuados na empresa, sendo por isso diretamente proporcional ao valor do imobilizado. Desta forma, calculou-se o rácio correspondente às amortizações por pessoa ao serviço, cujos valores se apresentam no gráfico seguinte:

Figura 16 – Valor das amortizações por pessoa ao serviço da IAF, em 2008



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

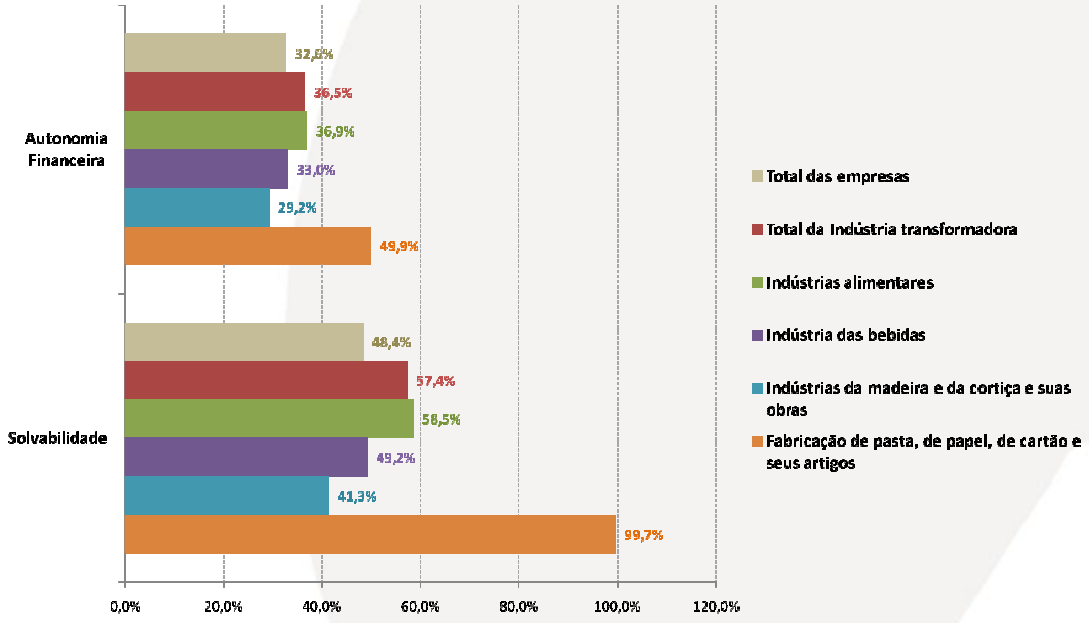
Como se pode verificar, a indústria agro-florestal apresenta uma intensidade de capital superior à verificada para a média do resto da economia e para a indústria transformadora como um todo. A indústria das bebidas apresenta, para todas as regiões consideradas uma intensidade de capital muito elevada, atingindo valores na ordem dos 28 milhares de euros para a Lezíria do Tejo.

A indústria da madeira e da cortiça apresenta-se, dentro dos principais ramos da IAF, como a menos intensiva em capital, apresentando valores de amortizações por pessoa empregada inferiores à média para o total das empresas não financeiras da economia.

Relativamente à estrutura de financiamento das empresas da indústria agro-florestal, apenas nos é possível calcular os

indicadores de autonomia financeira[6] e de solvabilidade[7] das empresas para os diferentes ramos da IAF, a nível nacional. De facto, visto não existirem dados regionais desagregados disponíveis, teve-se que recorrer à Central de Balanços do Banco de Portugal, onde apenas é possível obter dados a nível nacional.

Figura 17 – Autonomia Financeira e solvabilidade das empresas da IAF, 2008



Fonte: Central de Balanços do Banco de Portugal

Uma vez que os indicadores acima apresentados possuem ambos o mesmo numerador, o capital próprio das empresas, ambos permitem chegar à mesma conclusão.

A estrutura de financiamento das empresas da indústria transformadora permite salientar uma situação financeira com maior autonomia em relação aos capitais alheios do que no conjunto dos sectores da economia, situação que se encontra

6

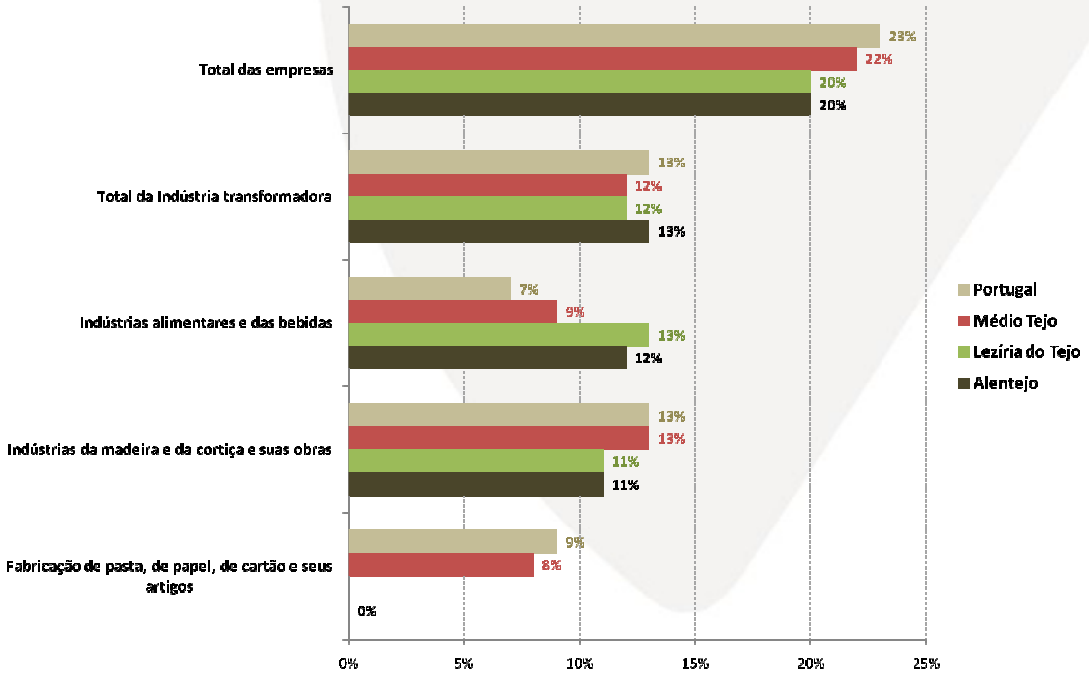
7

refletida nos valores mais elevados de solvabilidade e de autonomia financeira.

Dentro da IAF, destaca-se a indústria da pasta, do papel e do cartão, que apresenta níveis de autonomia financeira e solvabilidade bastante superiores, tanto à média da indústria transformadora, como aos valores calculados para o conjunto de todas as empresas. A indústria da madeira e da cortiça é o ramo que apresenta níveis de autonomia em relação aos capitais alheios mais baixos.

Por fim, calcula-se a margem de segurança para cada ramo da IAF, que indica a queda percentual das vendas que conduziria a empresa ao limiar do ponto crítico, onde se comprova a fragilidade da IAF neste aspeto.

Figura 18 – Margem de segurança das empresas das IAF, em 2007



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

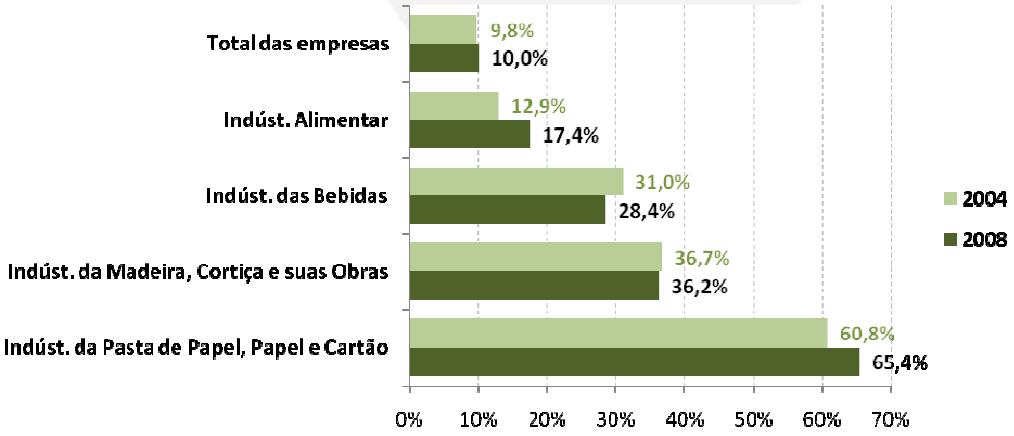
4.5. Comércio externo associado com a indústria agro-florestal

Sendo Portugal um país pequeno no contexto europeu e mundial, a capacidade que as empresas nacionais possuem para penetrar nos mercados externos, contribui em muito, tanto para a dinâmica empresarial, como para a redução do deficit da balança comercial portuguesa, que em 2009 era de 19.600 milhões de euros.

De facto, a capacidade de colocar produtos nacionais no estrangeiro, permite o aumento do volume de produção, ao mesmo tempo que promove a diferenciação dos produtos e o aumento da sua qualidade, fatores que são imperativos para o sucesso nos mercados internacionais em que a concorrência é forte.

A indústria agro-florestal, como parte da indústria transformadora, tem uma importância significativa na produção de bens transacionáveis. Na figura seguinte apresenta-se o peso que as exportações associadas a cada ramo da IAF possuem no volume de negócios das mesmas. Uma vez que não nos foi possível obter dados a nível regional das exportações para cada ramo da indústria, apresentam-se apenas dados nacionais.

Figura 19 – Relação entre o valor das exportações e o volume de negócios dos diferentes ramos da IAF, em 2008



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – MEI; INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

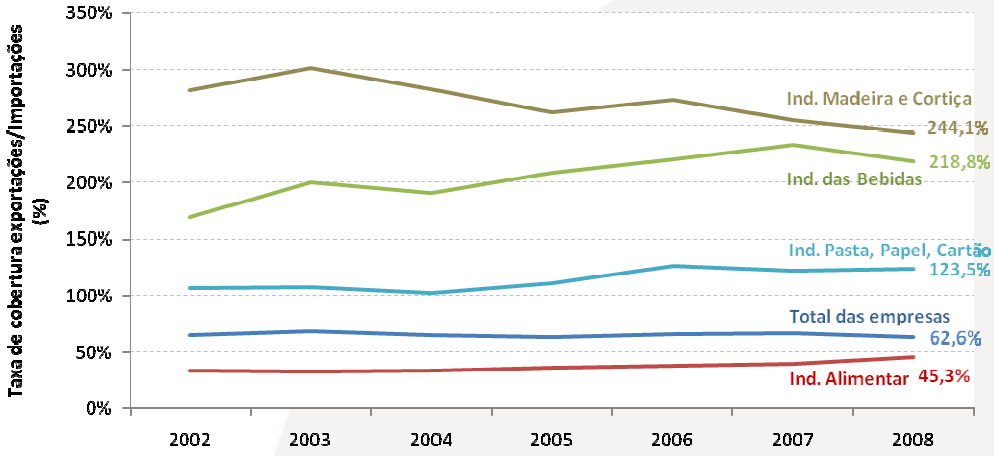
Considerando o total das empresas não financeiras a operar em Portugal em 2008, verifica-se que o peso das exportações no volume de negócios é muito reduzido (10% do valor). Este valor contrasta com os rácios entre o valor das exportações e o volume de negócios calculados para cada um dos ramos da indústria agro-florestal. Efetivamente, o peso das exportações no volume de negócios das empresas cresce dos 17,4% para a indústria alimentar até aos 65,4% da indústria da pasta, do papel e do cartão.

A comparação com os rácios calculados para 2004, indica uma ligeira quebra do peso das exportações no volume de negócios na indústria das bebidas e um aumento do mesmo rácio para a indústria alimentar e para a indústria da pasta, do papel e do cartão.

Podemos então concluir que as empresas da IAF possuem uma orientação exportadora importante, especialmente no caso das indústrias florestais e da indústria das bebidas.

No entanto, num contexto de aumento progressivo da abertura da economia portuguesa ao exterior, verifica-se também um aumento expressivo das importações, que assumem frequentemente valores superiores às exportações. Desta forma, importa analisar a evolução da taxa de cobertura das importações pelas exportações, entre 2002 e 2008 para os diferentes ramos da IAF.

Figura 20 – Taxa de cobertura das importações pelas exportações

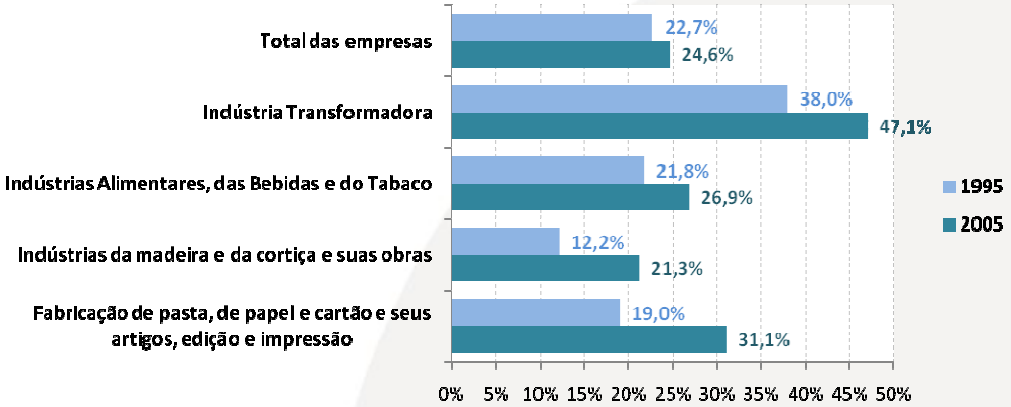


Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – MEI

Como se pode verificar pelo gráfico acima apresentado, o único ramo da IAF onde ocorreu um decréscimo significativo da taxa de cobertura das importações pelas exportações foi na indústria da madeira e da cortiça, para os restantes ramos, verificaram-se aumentos com maior ou menor expressão deste indicador.

Destaca-se também que a indústria alimentar é o único ramo da indústria agro-florestal que apresenta taxas de cobertura abaixo dos 100%, isto é, o valor dos produtos exportados pelo ramo não atinge o valor das importações de produtos efetuado por esse mesmo ramo. Inclusivamente, ao longo do período considerado, apesar de apresentar uma tendência de crescimento, as taxas de cobertura da indústria alimentar situaram-se sempre abaixo dos valores médios para o total das empresas nacionais.

Figura 21 – Peso dos bens intermédios importados no valor total de bens intermédios utilizados pelos diferentes ramos da IAF nacional



Fonte::

OCDE

Um outro indicador importante é a proporção dos bens intermédios utilizados pela indústria que são importados, que nos indica a autossuficiência da indústria em termos de matéria-prima nacional. Analisando os valores acima apresentados para os anos de 1995 e 2005, verifica-se um aumento considerável da expressão dos inputs importados no total de bens intermédios, sendo este aumento mais expressivo na Indústria transformadora como um todo e na IAF em particular.

No quadro seguinte apresenta-se, para a indústria alimentar, das bebidas e do tabaco, os valores desagregados pelos diferentes ramos da CAE Nível 3, das importações, das exportações, e da taxa de cobertura das importações pelas exportações. Note-se que são também apresentados os pesos das importações e exportações dos diferentes ramos, no total nacional.

Quadro 41 – Importações, exportações e taxas de cobertura para os diferentes ramos da Indústria alimentar, das bebidas e do tabaco, em 2008

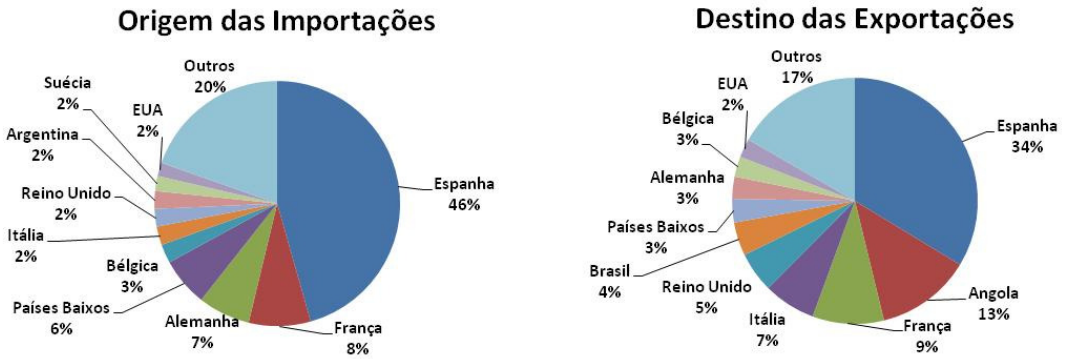
Indúst. Alimentar, Bebidas e Tabaco	Importações		Exportações		Taxa de Cobertura
	M€	%	M€	%	
Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne	820	1,4%	199	0,5%	24%
Indústria transformadora da pesca e da aquacultura	1082	1,8%	390	1,1%	36%
Indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas	294	0,5%	312	0,8%	**106%**
Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	502	0,9%	427	1,2%	85%
Indústria de lacticínios	541	0,9%	269	0,7%	50%
Transformação de cereais e leguminosas; Fabric. de amidos, féculas e de produtos afins	235	0,4%	39	0,1%	17%
Fabric. de alimentos compostos para animais	163	0,3%	21	0,1%	13%
Fabric. de outros produtos alimentares	1051	1,8%	469	1,3%	45%
Indústria das bebidas	389	0,7%	851	2,3%	**219%**
Indústria do tabaco	39	0,1%	322	0,9%	**826%**

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – MEI

A nível da indústria alimentar, das bebidas e do tabaco, verifica-se que os únicos ramos que possuem taxas de cobertura das importações pelas exportações superiores a 100%, são a indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas, a indústria das bebidas e a indústria do tabaco. A indústria alimentar, das bebidas e do tabaco são responsáveis por 8,7% das importações e por 9% das exportações nacionais. O ramo da indústria das bebidas destaca-se nas exportações, representando 2,3% do total das exportações nacionais em 2008.

Relativamente aos principais países de destino das exportações de produtos da indústria alimentar, das bebidas e do tabaco, verifica-se um predomínio claro dos países pertencentes à UE (63%). Espanha é, ao mesmo tempo, o destino mais importante das exportações e a origem mais importante das exportações.

Figura 22 – Principais mercados de origem das importações e de destino das exportações para a indústria alimentar, das bebidas e do tabaco, em 2008



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – MEI

Para a indústria da madeira e da cortiça, pode-se verificar que o valor das exportações excede o valor das importações em todos os ramos, com exceção da indústria da serração, aplainamento e impregnação da madeira, cujas exportações apenas cobrem 68% das importações. De notar o peso do ramo Fabricação de outras obras de madeira e de artigos de cortiça, que representam 2,2% das exportações totais nacionais, valor bastante influenciado pelas exportações de cortiça.

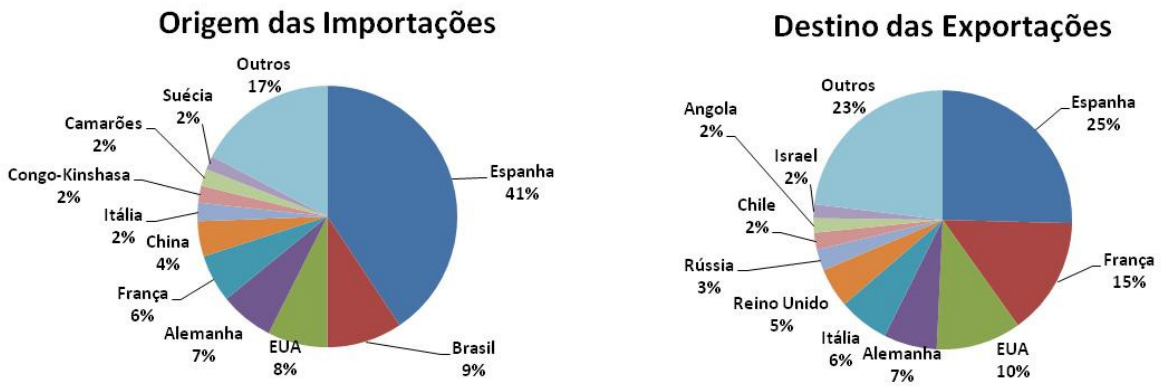
Quadro 42 – Importações, exportações e taxas de cobertura para os diferentes ramos da Indústria da madeira e da cortiça, em 2008

Indúst. da Madeira, Cortiça e suas Obras	Importações		Exportações		Taxa de Cobertura
	M€	%	M€	%	
Serração, aplainamento e impregnação da madeira	170	0,3%	115	0,3%	68%
Fabric. de folheados, contraplacados, painéis lamelados, de partículas, de fibras e de outros painéis	171	0,3%	230	0,6%	**135%**
Fabric. de obras de carpintaria para a construção	66	0,1%	110	0,3%	**167%**
Fabric. de embalagens de madeira	14	0,02%	32	0,1%	**229%**
Fabric. de outras obras de madeira; Fabric. de artigos de cortiça, de espartaria e cestaria	104	0,2%	791	2,2%	**761%**

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – MEI

Os principais destinos das exportações da indústria da madeira e da cortiça são os mercados de Espanha, França e EUA, que reúnem cerca de metade das exportações nacionais deste ramo da indústria florestal.

Figura 23 – Principais mercados de origem das importações e de destino das exportações para a indústria da madeira e da cortiça, em 2008



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – MEI

Em relação à indústria da pasta, do papel, do cartão, impressão e edição, a análise do quadro seguinte permite concluir que apenas o ramo da fabricação de pasta, de papel e de cartão possui uma taxa de cobertura das importações por exportações superior a 100%, todos os restantes ramos possuem valores de importação muito superiores às exportações. Note-se que as exportações do ramo da fabricação da pasta do papel, do papel e do cartão representa 3,9% do valor total das exportações nacionais.

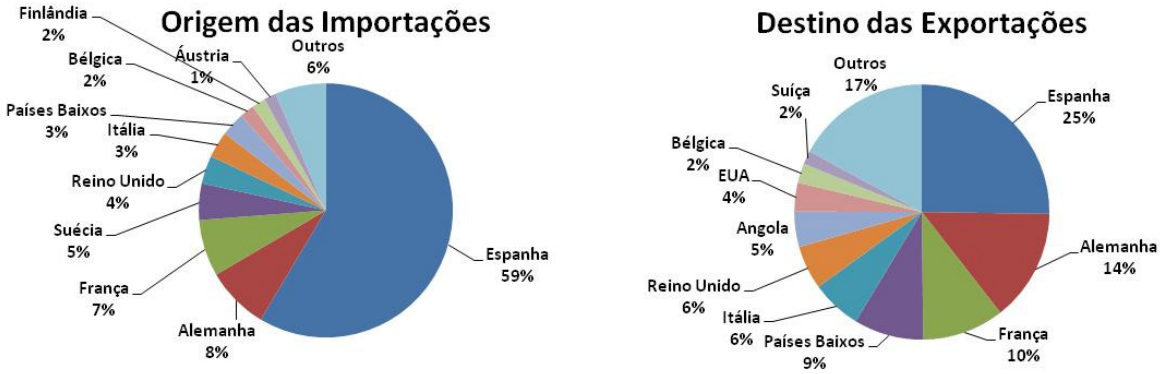
Quadro 43- Importações, exportações e taxas de cobertura para os diferentes ramos da Indústria da pasta, papel, cartão, edição e impressão, em 2008

Indúst. da Pasta de Papel, Papel, Cartão, Edição e Impressão	Importações		Exportações		Taxa de Cobertura
	M€	%	M€	%	
Fabric. de pasta, de papel e cartão (excepto canelado)	734	1,2%	1418	3,9%	**193%**
Fabric. de papel e de cartão canelados e de artigos de papel e de cartão	370	0,6%	184	0,5%	50%
Edição	218	0,4%	71	0,2%	33%
Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão	50	0,1%	22	0,1%	44%

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos - MEI

Para este ramo da indústria florestal, a principal origem das importações é o mercado espanhol, com 59% do total, sendo a maioria das exportações destinadas a países da UE, de onde se destaca a Espanha, com 25% das exportações do ramo.

Figura 24 – Principais mercados de origem das importações e de destino das exportações para a indústria da pasta, papel, cartão, edição e impressão, em 2008



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos - MEI

Para terminar a análise do comércio externo associado à indústria agro-florestal, apresenta-se o cálculo do indicador da Vantagem Comparativa Revelada (VCR)[8], que permite identificar, no seio dos produtos provenientes da indústria agro-florestal, aqueles em que o País tem maiores vantagens comparativas em produzir:

Quadro 44 – Alguns produtos da indústria agro-florestal, ordenados pela respetiva Vantagem Comparativa revelada, em 2008.

NC 2	Produtos	2007	2008	2009
45	Cortiça e suas obras	157,875	167,411	165,062
24	Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	4,393	4,437	4,802
47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)	1,482	1,978	4,516
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	3,809	3,936	4,137
17	Açúcares e produtos de confeitaria	1,634	1,998	2,435
94	Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e semelhantes	2,237	2,336	2,418
48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	1,156	1,335	2,377
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	1,733	2,053	2,343
16	Preparações de carne, de peixes, de crustáceos e de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	2,026	2,102	2,298
5	Outros produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros capítulos	1,811	1,917	2,077
3	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	1,972	2,128	1,864
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1,99	2,175	1,838
4	Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros capítulos	1,381	1,538	1,556
19	Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria	1,187	1,513	1,534
7	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	1,155	1,332	1,312
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação;gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	1,159	1,22	1,264
21	Preparações alimentícias diversas	1,006	1,052	1,128

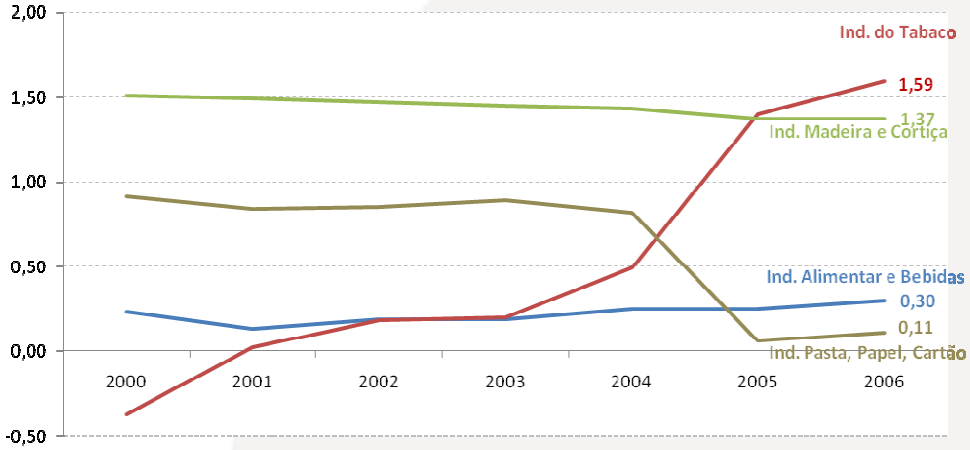
Fonte: OCDE

O Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação, desenvolveu uma metodologia para cálculo do indicador de vantagens comparativas reveladas de Portugal no

[8] **Indicador de Vantagem Comparativa revelada (VCR)** – corresponde ao rácio entre a quota mundial das exportações de Portugal de um determinado produto e a quota das exportações totais de Portugal nas exportações mundiais (se VCR>1, então Portugal é especializado nesse tipo de produto e tem vantagem comparativa).

Mundo por Subsecções CAE, que se apresentam no gráfico seguinte:

Figura 25 – Evolução do Indicador das Vantagens Comparativas Reveladas (logaritmo neperiano) para os diferentes ramos da IAF



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – MEI

Antes de mais importa referir que a metodologia de cálculo das VCR utilizado no gráfico acima apresentado é diferente do apresentado anteriormente. Os valores do gráfico correspondem ao logaritmo neperiano do valor do indicador de VCR. Consequentemente, a interpretação dos dados também se altera, existindo vantagens comparativas reveladas sempre que o valor seja superior a zero.

Podemos então verificar que, para 2006, apesar de todos os ramos da IAF possuírem vantagens comparativas reveladas na exportação dos seus produtos, as vantagens são maiores para os produtos das indústrias do tabaco, da madeira e da cortiça.

5. Síntese de Diagnóstico

A caraterização efetuada nos pontos anteriores, torna evidente que os subsetores caraterizados têm, já hoje, um peso específico relativamente grande na região analisada. Com base nos diversos pontos apresentados, é possível sintetizar o diagnóstico que a seguir se apresenta, para efeitos de definição dos objetivos estratégicos a atingir na AIC.

No que diz respeito ao ***setor agrícola e pecuário***, e no período analisado, destacam-se os seguintes aspetos:

- tendência de crescimento verificado em fileiras como o Azeite, o Vinho, as Hortícolas Frescas, o Leite e a Pecuária Extensiva (em valor e em volume), de amplitude mais favorável do que aquilo que tem acontecido para Portugal continental;
- um acréscimo da procura de bens intermédios e de capital fixo, tanto em valor (3,7%/ano) como em volume (2,5%/ano), embora de forma muito heterogénea na sua composição;
- o rendimento gerado pela atividade, quando medido pelo VABcf (a preços reais de 2009) sofreu uma quebra da ordem dos 36% (em valor absoluto) na região;
- as explorações agrícolas presentes na região analisada representam apenas cerca de 16% do total de Portugal Continental, mas cobrem cerca de 63% da SAU, evidenciando estes números uma dimensão média claramente superior àquela que representa o universo nacional;
- igualmente importante, tendo em conta o potencial produtivo que isso evidencia, a região abarca, em simultâneo, 44% da superfície regada e 68% da superfície forrageira do Continente;

- trigo, arroz, hortícolas, olival e prados e pastagens permanentes são atividades nas quais a região tem uma representatividade (em área) superior a 50% do total do Continente; o milho, tendo embora um menor peso na área do Continente, é igualmente uma atividade de enorme importância na região;
- também nas atividades pecuárias, com ênfase para a bovinicultura, suinicultura e bovinicultura de carne, a região representa mais de 50% dos efetivos nacionais;
- em termos de orientação produtiva, assumem particular relevo na região as seguintes tipologias: especializadas em pecuária extensiva (36% do total das explorações), explorações especializadas em culturas permanentes (30% do total das explorações) e especializadas em culturas anuais (13% do total das explorações), sendo que nas duas últimas tipologias as culturas de regadio assumem a sua máxima expressão.
- a evolução expectável da área regada na região tenderá a aumentar de forma muito significativa, tendo em conta a entrada progressiva em funcionamento dos diferentes blocos do EFMA, todos abrangidos na região objeto de caraterização e análise
- do ponto de vista da situação económica as explorações da região caraterizam-se por:
    - terem um nível de suporte a rondar os 20%
    - terem receitas brutas que variam entre valores muito reduzidos (para as Explorações de Muito Pequena Dimensão) e valores da ordem de 1 milhão de euros (Explorações de Muito Grande Dimensão), com uma valor

médio para a AIC de 43 mil euros (que comparam com uma média nacional de 15 mil euros).

Em relação ao ***setor florestal*** abrangido pela Área de Influencia do Cluster, entendemos serem de reter os seguintes aspetos essenciais para este diagnóstico:

- a importância da área florestal da AIC, que representa cerca de 46% (623 mil hectares) da área florestal do Continente (1543 ha);
- a predominância do montado de sobro na AIC, representando 43% da área de povoamentos florestais desta, seguindo-se o montado de azinho (26%) e os povoamentos de eucalipto (18%), embora com distribuição heterogénea na região;
- a predominância do pinheiro bravo e do eucalipto no Médio Tejo, do sobreiro e do eucalipto na Lezíria do Tejo e no Alto Alentejo, do sobreiro e da Azinheira no Alto Alentejo, no Alentejo Central e no Baixo Alentejo;
- a importância que, no Médio Tejo, as áreas florestais ardidas assumem (52% do total das áreas ardidas da AIC).

Finalmente, em relação ao **setor *da industria agro-florestal*** (IAF), e tendo presente que a análise foi efetuada ao nível das NUT III Médio Tejo e Lezíria Tejo, para efeitos de diagnóstico merecem-nos particular realce os seguintes aspetos:

- no Médio Tejo, e à exceção da Industria das Bebidas e da Indústria da Pasta de Papel (que viram o VAB respetivo sofrer um decréscimo assinalável nos últimos anos), os restantes ramos do IAF mantiveram um contributo para o Produto relativamente estável;
- ao contrário, na Lezíria Tejo, a Indústria Bebidas apresentou um crescimento do VAB muito considerável, e os

restantes ramos, apesar de oscilações ao longo do período em análise, mantêm valores semelhantes aos iniciais

- na Lezíria Tejo as IAF representam cerca de 42% do VAB, com importância destacada para a Indústria Alimentar, enquanto que no Médio Tejo o principal contributo para o VAB do IAF vem das indústrias florestais
- em termos nacionais, ambas as regiões têm um contributo semelhante do IAF (pouco maior que 2%) para o VAB das indústrias transformadoras
- o Médio Tejo apresenta especialização em todos os ramos principais da IAF, enquanto que a Lezíria Tejo apresenta uma clara especialização na Indústria Alimentar (indíce Balassa-Hoover)
- na AIC existem 1005 empresas incluídas no setor IAF, o que representa 5,37% do total nacional deste setor;
- destacam-se as empresas da Industria Alimentar, que representam cerca de 8,8% do VAB nacional desta indústria; a grande importância é assumida na Lezíria Tejo que, só por si, representa 7,3% do VAB nacional da indústria alimentar;
- no Médio Tejo, as diferentes Indústrias tem uma contribuição semelhante para o VAB do IAF (entre 30% e 35%), com exceção da Indústria das Bebidas que representa apenas 0,5% deste; na Lezíria Tejo, o predomínio da Indústria Alimentar é esmagador (88% do VAB do IAF regional);
- em termos de emprego gerado na AIC, o IAF é responsável por cerca de 8,3% do emprego;

- os custos com o trabalho nas indústrias incluídas na IAF são, em média, inferiores aos custos com o trabalho em termos nacionais;
- a taxa de natalidade de empresas incluídas na IAF da AIC varia entre 7 e 10%, valor próximo da taxa de natalidade da indústria transformadora nacional (9,6%)
- para os principais ramos da IAF na AIC, a taxa de sobrevivência de empresas a 2 anos anda à volta dos 60%, valor que é superior ao valor médio para as indústrias transformadoras (que anda em torno dos 50%);
- a produtividade aparente da mão de obra nas empresas IAF no Médio Tejo é ligeiramente inferior à média nacional para todas as empresas; ao contrário, na Lezíria Tejo, este indicador é superior à média nacional para o conjunto de todas as empresas;

Do diagnóstico síntese efetuado, decorre, na opinião da AGRO.GES, que existem na região um conjunto de fileiras que deverão ser alvo de uma preocupação estratégica por parte do Cluster, tendo em vista criar as condições ideais para que o seu potencial possa ser colocado ao serviço do desenvolvimento da região (AIC).

Essas fileiras, fortemente alicerçadas na produção local de matérias-primas agrícolas para as quais a AIC, tendo um elevado potencial, ainda não o concretizou na sua plenitude, são as seguintes

- Fileiras dos Frutos e Hortícolas Frescos;
- Fileira do Tomate para Indústria;
- Fileira do Arroz;
- Fileira do Olival e do Azeite;

- Fileira da Vinha e do Vinho;
- Fileira das Bebidas Não Alcoólicas;
- Fileira dos Produtos Cárneos;
- Fileira da Pasta e do Papel;
- Fileira do Sobreiro e da Cortiça.

Na sequência deste Estudo de Diagnóstico, com base naqueles que venham a ser definidos como os grandes objetivos estratégicos para a AIC, a AGROGES desenvolverá o conjunto de eixos de desenvolvimento que permitam a sua concretização, com integração do conjunto de fileiras agora identificadas.

Índice de Quadros

Quadro 1- Estrutura e variação da produção agrícola a preços correntes no produtor da Área de Influência do Cluster agro-industrial do Ribatejo entre os triénios 1994-95-96 ("1995") e 2007-08-09 ("2008") 8

Quadro 2 - Estrutura e variação em volume (preços constantes no produtor) da produção agrícola na Área de Influência do Cluster Agro-industrial do Ribatejo entre os triénios "1995" e "2008" 9

Quadro 3 - Variações dos preços reais no produtor e dos respetivos valores da produção agrícola na Área de Influência do Cluster Agro-Industrial do Ribatejo entre os triénios "1995"-"2008" 11

Quadro 4- Estrutura e variações em valor e em volume dos consumos intermédios e de capital fixo agrícolas na Área de Influência do Cluster Agro-Industrial do Ribatejo entre os triénios "1995" e "2008" 12

Quadro 5 - Estrutura e variação no valor da FBCF agrícola na Área de Influência 15

Quadro 6 - Evolução a preços reais, do rendimento agrícola, entre "1995" e "2008" da Área de Influência do Cluster e de Portugal 17

Quadro 7 - Indicadores de rendimento agrícola em "1995" e "2008" na Área de Influência do Cluster e em Portugal 18

Quadro 8 - Representatividade das explorações agrícolas da Área de influência do Cluster e no Continente Português 19

Quadro 9 - Representatividade das explorações agrícolas da AIC no Continente 21

Quadro 10 - Principais características das explorações agrícolas da AIC e do Continente 22

Quadro 11 - Ocupação e uso dos solos agrícolas na AIC e no Continente 23

Quadro 12 - Efetivo animal na AIC e no Continente 24

Quadro 13 - Representatividade das explorações agrícola da AIC de acordo com as respetivas NUT III (%) 25

Quadro 14 - Principais características das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas NUT III 26

Quadro 15 - Ocupação e uso dos solos das explorações agrícolas de acordo com as respetivas NUT III (%) 27

Quadro 16 – Efetivo animal das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas NUT III (%) 28

Quadro 17 – Representatividade das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas dimensões económicas (%) 30

Quadro 18 – principais características das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas dimensões económicas 31

Quadro 19 – Ocupação e uso dos solos das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas dimensões económicas (%) 32

Quadro 20 – Efetivo animal das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas dimensões económicas (%) 33

Quadro 21 – Representatividade das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas orientações produtivas dominantes (%) 34

Quadro 22 – Principais características das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas orientações produtivas dominantes 36

Quadro 23 – ocupação e uso dos solos nas explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas orientações produtivas dominantes (%) 37

Quadro 24 – Efetivo animal das explorações agrícolas da AIC de acordo com as respetivas orientações produtivas dominantes (%) 39

Quadro 25 – Superfície regada em 2009 na Área de Influência do Cluster Agro-Industrial do Ribatejo 40

Quadro 26 – Distribuição das explorações agrícolas em 2009 por sistema de rega, por NUT III (%) 40

Quadro 27 . Áreas ocupadas pelas diferentes culturas regadas para o conjunto do regadio da Área de Influência do Cluster (%) 42

Quadro 28 – Áreas ocupadas pelas diferentes culturas regadas pelos AH Coletivos estatais localizados na AIC 44

Quadro 29 – Receita bruta das explorações agrícolas da AIC de acordo com a sua especialização 46

Quadro 30 – Receita bruta das explorações agrícolas da AIC de acordo com a respetiva dimensão económica 47

Quadro 31 – Diferentes tipos de pagamentos diretos aos produtores na AIC e no Continente 48

Quadro 32– Valores dos diferentes tipos de pagamentos diretos aos produtores dentro de cada NUT III da AIC 49

Quadro 33 – Repartição dos diferentes tipos de pagamentos diretos aos produtores entre as NUT III da AIC (%) 49

Quadro 34 – Repartição dos diferentes tipos de pagamentos diretos aos produtores entre as NUT III da AIC (%) 50

Quadro 35 – Evolução das áreas da floresta na AIC e no Continente entre 1995-98 e 2005-06 51

Quadro 36– Evolução das áreas das principais espécies florestais que compõem os povoamentos florestais da AIC e do Continente entre 1995-98 e 2005-06 52

Quadro 37 – Repartição das diferentes áreas florestais pelas NUT III da AIC 2005-06 53

Quadro 38 – Repartição das diferentes espécies florestais dentro de cada NUT III da AIC 53

Quadro 39 – Repartição das diferentes espécies florestais entre as NUT III da AIC 54

Quadro 40 – Número de empresas existentes em 2008, por região e ramo da IAF 64

Quadro 41 – Importações, exportações e taxas de cobertura para os diferentes ramos da Indústria alimentar, das bebidas e do tabaco, em 2008 82

Quadro 42 – Importações, exportações e taxas de cobertura para os diferentes ramos da Indústria da madeira e da cortiça, em 2008 83

Quadro 43– Importações, exportações e taxas de cobertura para os diferentes ramos da Indústria da pasta, papel, cartão, edição e impressão, em 2008 84

Quadro 44 – Alguns produtos da indústria agro-florestal, ordenados pela respetiva Vantagem Comparativa revelada, em 2008 85

Índice de Figuras

Figura 1 – Peso da Indústria Transformadora no VAB das empresas 56

Figura 2– Evolução do VAB da indústria transformadora e ramos da IAF entre 2004 e 2008 (valores em índice 2004=1) ... 58

Figura 3 – Peso dos diferentes ramos da IAF no VAB da Indústria Transformadora 60

Figura 4 – Proporção do VAB das indústrias transformadoras nacionais no VAB nacional das indústrias transformadoras 61

Figura 5 – Quociente de localização para cada ramo da IAF, 2008 62

Figura 6 – Proporção do Nº de empresas e do VAB gerado pelos diferentes ramos da IAF do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, quando comparados com o total nacional 63

Figura 7 – Proporção de Sociedades no total das empresas para cada ramo da IAF 64

Figura 8 – Composição do VAB da Indústria Agro-Florestal, em 2008 65

Figura 9 – Distribuição do pessoal ao serviço pelos principais ramos da IAF, 2008 66

Figura 10 – Custo médio mensal com o pessoal empregado na IAF, 2008 67

Figura 11 – Nível de habilitação dos trabalhadores dos principais ramos da IAF 67

Figura 12 – Taxa de natalidade (%) das empresas da IAF, em 2007 69

Figura 13 – Taxa de sobrevivência a dois anos (%) das empresas da IAF, em 2007 70

Figura 14 – Taxa de valor acrescentado bruto das IAF, em 2007 72

Figura 15 – Produtividade aparente do trabalho para os ramos da IAF, em 2008 73

Figura 16 – Valor das amortizações por pessoa ao serviço da IAF, em 2008 75

Figura 17 – Autonomia Financeira e solvabilidade das empresas da IAF, 2008 76

Figura 18 – Margem de segurança das empresas das IAF, em 2007 77

Figura 19 – Relação entre o valor das exportações e o volume de negócios dos diferentes ramos da IAF, em 2008 78

Figura 20 – Taxa de cobertura das importações pelas exportações 80

Figura 21 – Peso dos bens intermédios importados no valor total de bens intermédios utilizados pelos diferentes ramos da IAF nacional 81

Figura 22 – Principais mercados de origem das importações e de destino das exportações para a indústria alimentar, das bebidas e do tabaco, em 2008 82

Figura 23 – Principais mercados de origem das importações e de destino das exportações para a indústria da madeira e da cortiça, em 2008 83

Figura 24 – Principais mercados de origem das importações e de destino das exportações para a indústria da pasta, papel, cartão, edição e impressão, em 2008 84

Figura 25 – Evolução do Indicador das Vantagens Comparativas Reveladas (logaritmo neperiano) para os diferentes ramos da IAF 86

Cluster Agroindustrial do Ribatejo
Pavilhão de Exposições da Nersant
Várzea de Mesiões
2350-433 Torres Novas

Tel.: 249 839 500 - Fax: 249 839 509
Email: geral@agrocluster.com

WWW.agrocluster.com

Projecto co-financiado por: